

Estudiosos de diferentes campos do conhecimento abordaram o tema da imigração no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, quando as estatísticas de entradas de estrangeiros se tornaram significativas no cômputo geral da população. Os primeiros trabalhos tinham relação direta com os problemas relativos às políticas imigratórias e foram produzidos por diplomatas, políticos, funcionários dos ministérios responsáveis pelas práticas de colonização estrangeira, pessoas ligadas a sociedades de imigração interessadas no aliciamento de imigrantes para localização em projetos coloniais ou contratados para trabalhar em grandes propriedades etc.¹ Além desses, existem textos escritos por brasileiros e estrangeiros, mais preocupados em sugerir procedimentos considerados úteis para atrair imigrantes europeus para o Brasil, propondo, às vezes, mudanças na legislação imigratória e de colonização.² A imigração também aparece como tema relevante nas publicações associadas a grandes eventos internacionais – caso das Exposições Universais de Filadélfia (1876) e Paris (1889),³ e existem muitas referências a colônias e imigrantes em meio urbano nas narrativas de viajantes.⁴

A historiografia sobre a imigração é numerosa e diversificada, principalmente se for considerada a produção local sobre as inúmeras colônias que se desenvolveram no sul do país desde 1824. Da mesma forma, textos descritivos voltados para o cotidiano dos co-

lonos e para as peculiaridades culturais de cada grupo têm sido publicados desde o século XIX; e, provavelmente incentivados pelo atual discurso multiculturalista, proliferaram nas últimas duas décadas, especialmente no Rio Grande do Sul, ajudando numa nova configuração das identidades étnicas.

Essas poucas observações gerais mostram que a imigração, por suas múltiplas facetas, é um tema interdisciplinar – difícil, portanto, dar conta da sua totalidade. Não pretendo considerar a significativa produção historiográfica e de disciplinas, como a geografia, a demografia, entre outras, que tem interesse no fenômeno migratório, nem tampouco os estudos que tratam da migração internacional de brasileiros nas duas últimas décadas. O presente trabalho focaliza, parcialmente, a contribuição das ciências sociais, em particular da antropologia, aos estudos imigratórios no Brasil, procurando examinar o embasamento teórico, os métodos de análise e as temáticas recorrentes desde as primeiras publicações de caráter sociológico surgidas no século XX, até alguns trabalhos mais recentes selecionados na ampla produção sobre o assunto publicada nos últimos vinte anos.

Os dois livros de Emílio Willems, publicados na década de 1940, tiveram grande repercussão, inclusive nos meios nacionalistas, e contribuíram para consolidar a tradição analítica fundamentada nas teorias da

assimilação e da aculturação. Antes dele, algumas figuras notáveis do pensamento social brasileiro falaram sobre a imigração de um ponto de vista nacionalista, quase sempre de forma pontual, ou voltados para o “problema” da assimilação dos alienígenas. São bem conhecidas as opiniões de autores como Silvío Romero, Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna, ou mesmo Gilberto Freyre, entre outros, sobre a presença do imigrante na vida brasileira: as “influências” são bem-vindas, desde que não ameacem a formação nacional de base lusitana. Não assumiram uma posição contrária à imigração, mas trataram do assunto baseados em uma noção restrita de assimilação, visualizada como processo de abasileiramento. Por essa razão, Romero (1902, 1906) teceu críticas ao sistema de colonização implementado pelo Estado na região sul porque, segundo seus termos, deixou principalmente os alemães e os descendentes física e culturalmente isolados no território nacional. O uso cotidiano de outro idioma era, no início do século passado, o principal indicador do “enquistamento étnico”, visto como ameaça aos ideais brasileiros da nação. O próprio Willems, sempre cauteloso na sua crítica ao nacionalismo brasileiro, ironizou as metáforas de referencial biológico ou químico empregadas como sinônimos de assimilação no Brasil: os imigrantes deviam ser “absorvidos”, “digeridos”, “diluídos” (Willems, 1951, p. 209); ou, conforme Romero (1906), integrados à sociedade brasileira num processo então imaginado não só de um ponto de vista cultural e social, mas também racial, pois presumia o “caldeamento” ou “fusão” com os nacionais (no sentido do branqueamento fenotípico da população). Esse pressuposto está visível num texto de Oliveira Vianna publicado no início da década de 1930, em que analisou a assimilação dos imigrantes tendo como pa-

râmetros a diferenciação racial e a idéia de *melting pot* referida à mestiçagem. Com base em estatísticas duvidosas sobre casamentos interétnicos, criou índices de “fusibilidade” para determinar dois tipos de *melting pot* – o da região sul e o paulista: o primeiro com poucos elementos latinos e o segundo com preponderância latina em virtude da imigração portuguesa, espanhola e italiana. (Vianna, 1932, II parte). Parte dos dados utilizados por Oliveira Vianna vêm de um texto de Alfredo Ellis Junior (1933 [1928]), que retomou várias vezes a questão dos casamentos interétnicos, especialmente no livro *Populações paulistas*, de 1934. Isso mostra o sentido assumido pela expressão *melting pot*, apesar do criticismo em torno dela expressado por autores norte-americanos de grande influência no Brasil – caso de Fairchild – que trabalharam com o conceito de assimilação.

O ideário assimilacionista, mais do que o conceito sociológico de assimilação, teve repercussão na política migratória e, no Estado Novo, influenciou os rumos da campanha de nacionalização. Os textos publicados na *Revista de Imigração e Colonização* durante a campanha de nacionalização remetem sistematicamente aos imperativos culturais e raciais do abasileiramento:⁵ a assimilação dos alienígenas transformada peremptoriamente numa “questão nacional”. Assim, mesmo um autor assumidamente pluralista, como Gilberto Freyre, condenou o germanismo no sul em nome da unidade nacional, num texto quase panfletário em que admite algumas diferenças no modo de ser brasileiro (com primazia para os regionalismos) desde que impere apenas uma língua nacional (a portuguesa).⁶

As análises sobre a imigração alemã empreendidas por Willems, de certa forma, constituem um ponto de partida: sem os compromissos do nacionalismo, realizou uma ampla pesquisa bibliográfica, à qual acrescentou sua

vivência junto à população teuto-brasileira do Vale do Itajaí (SC), para produzir uma obra ancorada na literatura teórica sobre assimilação e aculturação oriunda da sociologia e da antropologia cultural norte-americana. Não deu maior atenção ao modismo da assimilação definida a partir da idéia de americanização, aqui convertida em abasileiramento, e tampouco utilizou-se da noção de *melting pot*, adotada com certo entusiasmo pelos ideadores da campanha de nacionalização do Estado Novo.

Os escritos de Robert E. Park sobre assimilação, inclusive o verbete para a *Encyclopedia of the social sciences* (1930/1937), foram usados no Brasil, apesar de o autor exprimir sua dificuldade para encontrar uma definição cabível para a análise sociológica desse fenômeno, também visível no primeiro livro de Willems (*Assimilação e populações marginais no Brasil*, de 1940), em que os imigrantes alemães e seus descendentes são chamados “população marginal”, portadora de uma “cultura marginal”, enfrentando um processo de mudança social que deve culminar com a assimilação. A marginalidade, no caso, caracteriza-se pela ambivalência das atitudes individuais em relação às duas culturas em contato (a germânica e a brasileira). Pelo menos uma década antes, Park já alertava para o caráter insidioso do conceito, dado que está nele suposta uma integração igualitária do imigrante à sociedade/cultura nacional. A sinonímia com americanização, claramente vinculada à imigração,⁷ foi equacionada por Henry P. Fairchild em 1913 – numa obra que serviu de parâmetro analítico para a construção da noção de abasileiramento e seu corolário do *melting pot*, por aqui metaforizado na conversão em crisol de raças. De acordo com Willems (1951), os estudiosos brasileiros negavam a presença de minorias no território nacional, preferindo, como em outros países latino-americanos, que elas dei-

xassem de existir como unidades socioculturais distintas. Essa forma de associação talvez explique por que ele preferiu utilizar o conceito de aculturação em 1946, quando praticamente reescreveu o livro de 1940, mantendo a estrutura analítica e a ênfase na questão da marginalidade cultural. Fixou-se, então, em três pressupostos teóricos intercambiáveis: assimilação, acomodação e aculturação. O processo de assimilação “consiste no aproveitamento de atitudes novas emocionalmente associadas a valores culturais novos com que o imigrante vai estabelecendo contatos”. O estudo abrange, pois, reajustamentos da personalidade ante as novas atitudes em combinação com novos valores, e conflitos de lealdade no confronto com duas culturas distintas. “A coexistência, na personalidade, de normas de comportamento incompatíveis produz o estado de *marginalidade cultural*” (Willems, 1946, pp. 17-19). Baseia-se, pois, em teorias construídas na interface com a psicologia social por Thomas e Znaniecki (1974), autores de um amplo estudo sobre a imigração polonesa nos Estados Unidos, cuja primeira edição é de 1918, e por Stonequist, autor de *The marginal man*, livro publicado em 1935 e bastante citado por autores brasileiros. Na verdade Willems considera a assimilação uma espécie de processo de reajustamento coletivo a uma sociedade culturalmente diferente, implicando em mudanças de personalidade; portanto, o objeto do analista é o comportamento. Assim, define “acomodação” apenas como uma dimensão da assimilação, para abordar os ajustamentos adquiridos que se transmitem socialmente, conforme definição original de Park e Burgess (Willems, 1946, p. 33). Emprega o conceito de aculturação conforme a padronização sugerida por Redfield, Linton e Herskovits (1936) – “os fenômenos resultantes do contato direto e contínuo entre grupos de indivíduos representantes de culturas diversas, e as subse-

qüentes mudanças nas configurações culturais de um ou de ambos os grupos” –, portanto trata-se de conceito complementar ao de assimilação ou uma de suas dimensões mais objetivas porque relacionada aos valores culturais (Willems, 1946, p. 37). Assim, introduziu o modelo antropológico de estudo da mudança cultural a partir do contato interétnico, aplicado metodologicamente para entender o fenômeno da absorção dos imigrantes no contexto do Estado-nação. Não aceitou inteiramente o postulado assimilacionista de Park e dos autores brasileiros identificados com Fairchild:⁸ o processo integrativo é bilateral, embora devam prevalecer os padrões do grupo dominante, isto é, a sociedade nacional.

Nessa perspectiva, Willems rejeita a idéia de *melting pot* na forma em que foi apropriada no Brasil, argumentando que o contato entre grupos diversos não envolve, necessariamente, caldeamento. Contrariou, de modo sutil, os pressupostos do nacionalismo, ao dizer que são processos de mudança sociocultural que não abrangem elementos biológicos. Sugeriu uma abordagem processual afirmando que ambos os conceitos (assimilação e aculturação) supõem contatos heterogêneos entre grupos distintos e, nesse caso, o fenômeno a ser analisado é o da mudança num dado sistema social. Desde o livro de 1940, distingue assimilação (“fusão cultural e, como tal, afiliação espiritual e afetiva”) de adaptação (mesológica) e amalgamação ou fusão (que designam “processos biológicos paralelos ou subseqüentes à assimilação”) precedidas pela aproximação e acomodação (Willems, 1940, pp. 15-16). De fato, o autor estabeleceu vastos parâmetros para o estudo da mudança sociocultural envolvendo imigração, inspirado menos na tese assimilacionista e muito mais na obra de Thomas e Znaniecki,⁹ dada a ênfase nos conflitos resultantes do confronto entre diferen-

tes tradições culturais, abordados através dos conceitos de “marginalidade” e “ambivalência de atitudes”. O conceito de minoria nacional desaparece, sendo privilegiado o de grupo marginal, que “consiste de emigrantes ou seus descendentes que vieram com a intenção de radicar-se no país” (*Idem*, p. 175).¹⁰

Ao optar por “grupo marginal”, Willems estava atento ao princípio da transitoriedade, isto é, àquela situação intermediária no contínuo do processo de assimilação dos imigrantes, na qual a comunidade étnica serve como uma espécie de refúgio, um insulamento cultural que priva as populações de ascendência germânica da oportunidade de participação num meio social mais amplo.

A questão da marginalidade é central no trabalho de Thomas e Znaniecki, mas eles deram atenção especial à organização dos grupos primários, principalmente à família, e a temas como o casamento, ambiente social, vida econômica e religiosa, etc., e a mudança social desde a Polônia – portanto, a imigração de camponeses poloneses para uma grande cidade norte-americana (Chicago) é analisada em suas várias dimensões, inclusive a formação de uma “comunidade polonesa-americana”. De certa forma, os textos de Willems têm alguma aproximação metodológica com essa perspectiva processual e de ênfase nos diferentes aspectos da organização social dos imigrantes e suas mudanças desde o país de origem. No entanto, apesar de enfatizar a relevância dos reajustamentos da personalidade, ele não trabalhou com trajetórias individuais – um assunto central no trabalho de Thomas e Znaniecki, que dedicaram a parte IV do seu estudo à edição comentada de uma *life record* (isto é, a história de vida de um imigrante) –, nem com a questão da delinquência juvenil (algo marcante numa grande cidade como Chicago e provavelmente pouco significativa no âmbi-

to da imigração alemã no Brasil). Por outro lado, realizou a pesquisa em plena vigência da campanha de nacionalização, que interferiu com certa violência na vida cotidiana da população teuto-brasileira com intenções assimilacionistas, mas só indiretamente se referiu a esse período de conflito, no prefácio do livro sobre a aculturação, ao dizer que “o clima político dos últimos anos não foi nada propício à realização de pesquisas dessa natureza” (Willems, 1946, p. 10). Apesar da distintividade cultural teuto-brasileira que motivou a intervenção do Estado (que também atingiu outros grupos de imigrantes), afastou-se da noção de colônia etnicamente diferenciada empregada por Thomas e Znaniecki, insistindo no seu caráter transitório.¹¹

Isso mostra a dificuldade de pensar sobre a pluralidade étnica e cultural, mesmo diante de um processo migratório de longa duração, iniciado em 1824, e do reconhecimento da especificidade teuto-brasileira. Alguns pontos interessantes emergem do modelo teórico empregado por Willems. Em primeiro lugar, assimilação e aculturação destacam-se como essencialidades, supondo sua irremediabilidade ou, no mínimo, sua inevitabilidade, dada a supremacia da sociedade nacional. Em segundo lugar, a noção de marginalidade como coisa provisória aponta para uma concepção hegemônica do Estado-nação e certamente deu margem à apropriação do texto de 1940 pelos formuladores de políticas públicas de nacionalização de décadas. Em terceiro lugar, a noção de grupo marginal deixou em plano secundário os fenômenos culturais que o próprio Willems considerou obstáculos à assimilação, conforme assinala de forma um tanto ambígua na conclusão do livro de 1940:

O insulamento cultural dos núcleos (coloniais) tornava simplesmente impossível a assimilação, facilitando, no entanto, a forma-

ção de traços culturais distintos e relativamente autônomos (Willems, 1940, p. 330).

Está suposta aí a idéia de comunalidade cultural, delimitando pertencimentos e exclusões num contexto nacional específico – limites socioculturais obstando o processo de assimilação. Os dados apresentados por Willems remetem o leitor para os processos de mudança sociocultural caracterizados pela aculturação, mas igualmente para as diferenças que distinguem os teuto-brasileiros, especialmente nas chamadas “regiões de colonização alemã”. Entre essas diferenças, deu certo destaque ao “linguajar” dos descendentes, portanto, à comunicação numa língua própria, distinta do *Hochdeutsch* (alto alemão), às especificidades da organização familiar e doméstica (apesar da existência de casamentos interétnicos, um indicador privilegiado da assimilação) e dos processos de trabalho, à distintividade religiosa (que não pode ser reduzida ao protestantismo), ao sistema educacional vigente até 1937 (no caso dos protestantes considerado uma tendência a transformar grupos marginais em minorias étnicas), ao embate entre *jus soli* e *jus sanguinis* (que levou os colonos a conciliar o étnico com o nacional); destacou, ainda, a importância da germanidade (*Deutschtum*) e seu uso pelas lideranças políticas e comunitárias teuto-brasileiras.

Diante das imponderabilidades simbólicas da idéia de *Deutschtum* e sua relevância na construção de uma identidade coletiva articulada ao processo migratório – que apontam para o conceito de grupo étnico elaborado por Weber (1991, pp. 267-277), segundo o qual os pertencimentos são aquilo que seus membros acreditam que devem ser,¹² e as diferenças culturais marcam e qualificam o grupo mas não são, necessariamente, sua causa – e mesmo falando nas “perdas que o patrimônio cultural dos imigrantes

alemães sofreu no Brasil”,¹³ Willems chegou à expressão “cultura híbrida” como indicador da cultura marginal teuto-brasileira e suas variações. Utilizando um grande volume de referências bibliográficas relativas à colonização alemã em diversos estados brasileiros, dimensionou a aculturação em seus vários aspectos, mas também encontrou os indicadores da diferença cultural demarcadora da etnicidade. E sua definição é bastante coerente, apesar do uso do conceito de aculturação, numa apropriação que denota mais a permutabilidade de culturas (mesmo supondo o predomínio de uma delas) do que o conceito de assimilação:

Se o conflito de lealdades fez do imigrante alemão, temporária ou definitivamente, um indivíduo marginal, o mesmo já não se pode afirmar do teuto-brasileiro que aprendeu, nas suas próprias comunidades, a reagir, de uma determinada maneira, às diversas influências culturais de que se acha rodeado. *É um dos característicos mais importantes da cultura teuto-brasileira que ela desenvolveu padrões suficientemente integrados para dirigir as reações individuais. O indivíduo encontra as definições da sua situação na cultura de seu grupo e essas definições lhe foram inculcadas desde a primeira infância* (Willems, 1946, p. 265, grifos do autor).

A “situação marginal”, portanto, é própria da primeira geração, os alemães, imigrantes, enquanto a população teuto-brasileira (os descendentes, já em processo de aculturação) tem uma cultura híbrida. Está implícito no texto o reconhecimento da “distância cultural” em relação aos brasileiros e aos imigrantes recém-chegados – supostos patrícios que, não obstante, eram estranhos. É mencionada a categoria de identificação *Neudeutscher* (alemão novo) para caracterizar o distanciamento cultural em relação à Ale-

manha e a própria especificidade da “cultura híbrida”. Referências a essa clivagem interna nas “colônias alemãs” aparecem em outros trabalhos que analisaram o contato interétnico na perspectiva da assimilação, caso do livro de Ursula Albersheim (1962), antropóloga que realizou um estudo de comunidade numa área do Vale do Itajaí colonizada pela Sociedade Colonizadora Hanseática no início do século XX. Alemão novo é uma categoria indicativa da distintividade cultural teuto-brasileira, presente também nas obras literárias (romances e contos) escritos em alemão por gente das colônias, que enfatizaram o conflito produzido pela convivência com os novos imigrantes.

A mesma perspectiva de distanciamento cultural aparece no estudo de Thales de Azevedo sobre a imigração italiana no Rio Grande do sul, publicado em 1975, sobretudo quando expõe os “dilemas da aculturação” diante dos princípios da *italianità* e dos discursos em defesa da herança cultural que procuram uma compatibilidade com a lealdade à pátria adotiva – uma idéia que ganhou alento à medida que a identidade e a integridade da “subcultura italiana” são ameaçadas de alteração pelo contato com os brasileiros (Azevedo, 1982, p. 260).

“Subcultura italiana”, “cultura híbrida teuto-brasileira” expressam as clivagens próprias das sociedades culturalmente plurais, quando está em jogo a construção do Estado-nação, e não são necessariamente incompatíveis com a proposição teórica da aculturação, conforme demonstram os dois autores. Ambos dão certa importância ao uso continuado da língua materna dos imigrantes – ainda que Willems, num julgamento de valor acerca das variações dialetais, desqualifique o “linguajar” anômalo teuto-brasileiro – e destacam as diferenças culturais produzidas no contexto que Azevedo (*Idem*, p. 244) denominou “complexo sócio-cultural e econômico-político da so-

cidade colonial” (um espaço compartilhado por diversos grupos imigrados, cada um cioso da sua cultura nacional).

Tais diferenças comportam as características socioculturais arroladas por Willems ao longo dos seus trabalhos, consideradas empecilhos à assimilação, e condenadas pelo princípio da nacionalidade vigente no Brasil que elegeu o português como única língua vernácula e a formação histórica herdada do colonizador português como a base cultural da nação, juntamente com a mestiçagem. O conflito foi inevitável, pois o recrudescimento do nacionalismo, durante o Estado Novo, coincidiu com um momento de afirmação das etnicidades alemã e italiana, em parte devido à pressão nacionalista que, desde o início da República, exigia a assimilação de imigrantes e descendentes. Isso provocou um contra-discurso anti-assimilacionista que partiu das lideranças comunitárias e políticas, em parte porque aquilo que Willems chamou de “insulamento” estava acabando – os brasileiros, afinal, chegaram às regiões de colonização e, com eles, uma intensificação do contato e, no sentido inverso, a mobilidade social ascendente e a mobilidade geográfica aproximaram os descendentes de imigrantes da sociedade nacional. De certa forma, Willems e Azevedo mencionam esse duplo movimento, mas não fizeram qualquer referência aos procedimentos forçados de assimilação que ocorreram entre 1937 e 1945.

A partir de materiais de arquivo e de uma bibliografia muito heterogênea e de sua vivência, como imigrante, no Vale do Itajaí, onde atuou como professor na década de 1930, Willems elaborou um amplo painel sobre a imigração alemã, procurando dados e exemplos nas áreas coloniais povoadas por esse grupo. Praticamente introduziu um modelo analítico baseado nos conceitos sociológicos norte-americanos de assimilação e

aculturação, cuja influência pode ser observada na obra de autores brasileiros ainda na década de 1940. É o caso da síntese realizada por Arthur Ramos na sua *Introdução à antropologia brasileira* (1947). Ao tratar dos “contatos raciais e culturais”, menciona a mesma bibliografia sobre assimilação e aculturação: além do próprio Willems, estão citados Park, Fairchild, Stonequist, Thomas e Znaniecki, Redfield, Linton e Herskovits – aparentemente, uma indicação de que a orientação teórica é a mesma. No entanto, esse não é o caso, pois parte substantiva do texto é dedicada à caracterização racial dos diferentes grupos negros, indígenas e imigrantes identificados no território nacional, e à miscigenação (portanto, o tema do “caldeamento” tem mais relevância do que os problemas de aculturação).

A partir de uma vasta literatura produzida pela antropologia física e referida a tipologias raciais, Ramos traça um perfil do tipo físico de cada grupo (no caso dos imigrantes) nacional – um equívoco bastante comum na vigência acadêmica do conceito de raça. Na parte sobre imigração, a não ser no caso dos portugueses, que têm um espaço bem maior no texto pelo seu papel de colonizadores, trata de cada grupo de imigrantes separadamente, dedicando-se, primeiro, à classificação como “tipo” biológico, remetendo, às vezes, ao paleolítico e seus fósseis,¹⁴ e depois à classificação lingüística e à descrição de alguns traços culturais característicos para, finalmente, apresentar dados, inclusive estatísticos, acerca da sua presença no Brasil.¹⁵ Na parte intitulada “As culturas europeias” foram incluídos os japoneses, argumentando que constituem um grupo “europeizado”, em processo de aculturação (Ramos, 1947, vol. 2, p. 557). Na última parte do segundo volume – “Os contatos raciais e culturais” – a mestiçagem é o principal assunto, com ampla digressão sobre as opiniões de diferentes

pensadores sociais e cientistas, para mostrar que o cruzamento interracial não produz degenerescência. Há, pois, um amplo espaço para os debates acerca do “problema racial” (que em Willems e nos teóricos norte-americanos da aculturação é residual), um tema ainda presente nos meios políticos e acadêmicos brasileiros na década de 1940, inclusive na discussão da política imigratória (Seyferth, 2002).¹⁶ Segundo Ramos (1947, vol. 2, p. 532) devem-se distinguir nos fenômenos da assimilação e da aculturação (conceitos às vezes apresentados em separado, às vezes como complementares) os seguintes aspectos: “adaptação e aclimação, isto é, o ajustamento ao meio geográfico e climático; a amalgamação ou assimilação biológica; a assimilação social ou assimilação propriamente dita; a assimilação cultural ou aculturação”. Entretanto, no capítulo dedicado a esses assuntos no contexto da imigração – considerado pelo autor um trabalho “introdutório” – a adaptação mesológica (ou aclimação nas regiões tropicais e subtropicais) e os indicadores de miscigenação obtidos na obra de Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Junior ocupam muito mais o analista do que os indicadores socioculturais de integração à sociedade brasileira. Seguindo certos pressupostos comuns do nacionalismo assimilacionista, Arthur Ramos julga os grupos latinos mais assimiláveis, embora alerte para as “ideologias políticas”, que impõem novos obstáculos à “tarefa assimiladora e aculturativa” dos italianos.¹⁷

Na década de 1950, diversos autores estudaram a imigração como fenômeno de aculturação, na sua dimensão sociológica. Mas, em alguns casos, persistiu a temática da miscigenação percebida como um dos indicadores da assimilação, à qual se acrescentou a influência do meio físico, ou seja, aquilo que Willems (1946) chamou de “aculturação ergológica”, ou “aclimação” – a adaptação

dos imigrantes ao novo ambiente, com as conseqüentes transformações nos hábitos alimentares, habitação, vestuário, métodos de cultivo etc. As relações interétnicas estão subjacentes a essas discussões, e a palavra *etnia* aparece, às vezes, como sucedânea de nacionalidade. O ensaio de Wilson Martins, publicado em 1955 e reeditado em 1989, é um bom exemplo desse entendimento mais amplo – social, biológico e ambiental – da mudança cultural. Pode-se dizer que ele inverte a proposição assimilacionista, pois seu modelo analítico de aculturação procura demonstrar a influência dos imigrantes e suas respectivas culturas na formação do Paraná, dando a esse estado da federação uma brasilidade específica, de certa forma confrontada com a formulação regionalista de Gilberto Freyre.

A leitura do último parágrafo do livro é a melhor maneira de entender os argumentos de Martins:

Assim é o Paraná, território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira [...] sua história é a de uma construção modesta e sólida e tão profundamente brasileira que pôde, sem alardes, impor o predomínio de uma idéia nacional a tantas culturas antagônicas. E que pôde sobretudo, numa experiência magnífica, harmonizá-las entre si, num exemplo de fraternidade humana a que não ascendeu a própria Europa, de onde eles provieram. Assim é o Paraná. Terra que substituiu o sempre estéril heroísmo dos guerreiros pelo humilde e produtivo heroísmo do trabalho cotidiano e que agora, entre perturbado e feliz, se descobre a si mesma e começa, enfim, a se compreender (Martins, 1989, p. 446).

Essa síntese final supõe uma idéia de harmonia étnica produzida por uma mistura de migrações (interna e intencional), apelando para um relato de Saint Hilaire, que fala de “homens realmente brancos” habitando os Campos Gerais (isto é, o Paraná) em 1820 (*Idem*, p. 126). Nesse mosaico étnico, não existem negros e índios e os mestiços são poucos – um mito de formação do povo que discrepa do senso comum nacional. Martins mostra a relevância numérica e a variedade de etnias européias que se estabeleceram no Paraná, estado onde a colonização teve maior impulso no século XX, e que também recebeu grandes contingentes de descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, trazidos por empresas colonizadoras. Por isso, o modelo analítico consiste em descrever a paisagem (natural e humana), apresentar dados históricos sobre o povoamento e a colonização, sopesando sucessos e eventuais fracassos,¹⁸ e assinalar a contribuição de cada grupo de imigrantes à formação sociocultural do Paraná.

O “Brasil diferente”, assinalado no título do livro, tem relação com o sentido da aculturação observada no Paraná, envolvendo, principalmente, um processo miscigenador e trocas culturais entre diferentes etnias européias. À parte a suposta irrelevância da escravidão, e dos negros e mestiços e indígenas no cômputo geral da população, para configurar um Paraná “branco” diante do “vulto da influência estrangeira” (*Idem*, p. 125), o alentado estudo do processo de assimilação tem fundamento sociológico, embasado na noção de etnia, e leva em conta a pluralidade cultural (no que se aproxima de Willems) como forma legítima de ser brasileiro:

[...] uma segunda ou terceira geração, que nasce e cresce num meio já fortemente colorido de influências estrangeiras, receberá como na-

cionais, como *naturais*, traços e complexos que, na realidade, não o são. Ou por outra, *que já o são*, desde que, segundo nota feliz de Emílio Willems, nesta altura do processo miscigenador as designações alemão, italiano, polonês, etc., referem-se à *etnia* e não à *nacionalidade*: realmente, quase todos são, juridicamente, brasileiros de várias gerações [...]. O “brasileiro” como o “estrangeiro” são diferentes, aqui, do “brasileiro” tradicional e do “estrangeiro”, tal como existe em seu país de origem (Martins, 1989, p. 124).

Nessa passagem, como em todo o livro, está implícita a concepção de um Brasil étnico e culturalmente plural, que se contrapõe a uma idéia homogênea de formação nacional – posição que não se coaduna com os princípios da formação nacional, o que explica o diálogo com Gilberto Freyre desde a introdução. Ali confessa que o livro se deve à influência dos estudos de Freyre sobre o nordeste, lugar dos vastos domínios da “cultura luso-tropical” (*Idem*, p. 5). Influência metodológica pois, como Freyre, Martins é um ensaísta e os fundamentos do seu trabalho procedem de uma ampla bibliografia usada criteriosamente. Por outro lado, temas destacados e tratados com maior profundidade para diferenciar o Paraná dos imigrantes são próprios do universo freyriano – paisagem, figuras humanas, casa, comida, vestuário, família etc. No conjunto de textos incluídos no volume *Região e tradição* (1941) e, de um modo geral, na sua obra, Freyre também fala de diferentes brasilidades: para ele, a região é unívoca, a nação é plural. Constrói uma noção de pluralismo cultural, porém subordinada à idéia de assimilação e a uma gradação de tradições mais ou menos legítimas nos limites fixados pela formação nacional herdada dos tempos coloniais¹⁹ – transformando o nordeste no lugar onde a tradição de longa duração está em equilíbrio

(isto é, contém proporcionalmente elementos portugueses, negros e indígenas). Portanto, é sob esse aspecto da diversidade étnica e das suas implicações sobre a identidade nacional que Martins diverge de Freyre: para ele, a nacionalidade é uma noção jurídica que não se confunde com etnia, termo que aplica aos grupos de imigrantes. Daí, o Paraná, com seu amalgame de etnias e culturas em processo mútuo de aculturação, e a assimilação em face do meio (físico, cultural, social) brasileiro, é tão brasileiro quanto o nordeste de Freyre.

As considerações de natureza nacionalista embutida no texto não comprometem o esforço de síntese empreendido por Wilson Martins e sua interpretação, do ponto de vista aculturativo, sobre a influência das culturas estrangeiras na configuração social do Paraná e sua integração com o processo de colonização do Brasil meridional.

Esse modo de destacar o pluralismo étnico e cultural nas abordagens baseadas no conceito de aculturação teve alguma continuidade na década seguinte, embora concentrados em grupos específicos, sendo raros os trabalhos que abordaram a imigração em geral, ou que dedicaram maior espaço à emigração. O principal motivo dessa mudança é a dificuldade de lidar com os processos de formação das etnicidades, inclusive em contextos migratórios, que abalaram as convicções acerca da eficácia analítica do conceito de assimilação diante da problemática dos sistemas interétnicos. Arthur Ramos (1947) já havia alertado para os equívocos da idéia de *melting pot* como sinônimo para assimilação, e Willems (1946) recorreu à noção de cultura híbrida para dar conta das especificidades teuto-brasileiras. Por outro lado, aculturação é um conceito menos abrangente do que o de assimilação, mais flexível, envolvendo as mudanças das configurações culturais em todos os grupos envolvidos, confor-

me assinalado desde Willems (*Idem*, p. 21). A isso junta-se a ampla discussão sobre grupos minoritários após a Segunda Guerra Mundial, estimulada no âmbito acadêmico pelo trabalho de Wirth (1945), que deu destaque à questão do pluralismo. A palavra etnicidade (um neologismo) começou a ser usada por cientistas sociais no início da década de 1960, exatamente para criticar as teorias da assimilação que presumiram o desaparecimento dos grupos étnicos no contexto do Estado-nação moderno.²⁰

No Brasil, o pluralismo cultural aparece como fenômeno politicamente correto, sobretudo em trabalhos de autores que realizaram pesquisas sobre a imigração sob os auspícios da Unesco, não obstante seu comprometimento com as teses da assimilação cultural.²¹ Nesse caso, o pluralismo é aceitável na forma de relações equilibradas, conforme assinalou Diegues Junior (1964, pp. 364-365), a partir de Gilberto Freyre, para referir-se à preservação de valores culturais trazidos pelo imigrante no “processo transculturativo”.

O estudo de Diegues Junior (1964) é uma das poucas tentativas de abordagem do fenômeno migratório em seus aspectos mais gerais, embora centrado na temática desenvolvimentista da urbanização e da industrialização. Dividiu a imigração em três períodos históricos – dois no Império, 1808-1850 e 1850-1888, e um na República, 1888-1950 –, portanto os marcos divisórios são a extinção do tráfico de africanos e a Abolição, sendo o último o de maior significação estatística. Inicialmente, faz uma descrição geral do movimento migratório, com base em dados numéricos, incluindo os recenseamentos, fala rapidamente das experiências de colonização, da imigração urbana, da contribuição demográfica e das mudanças socioculturais. De fato, o objetivo maior desse estudo é analisar o papel dos imigrantes no processo de urbanização e industrialização do Brasil.

Ali não faltam menções ao pioneirismo nas áreas de colonização e ao desenvolvimento concomitante da indústria e das cidades; aceita a tese de senso comum nos trabalhos mais laudatórios produzidos pela historiografia local que atribui a industrialização à expressividade do trabalho artesanal, supondo, como tendência geral, que os ofícios dos artesãos e dos artífices se desenvolveram “para a constituição de um parque industrial mais largo” (*Idem*, p. 210). Essa explicação para a formação industrial é verdadeira apenas em parte (e tem a ver com as informações de Willems sobre a variedade profissional dos emigrados e com os dados acerca da abundância de pequenas empresas familiares de base artesanal em áreas de colonização); trabalhos posteriores mostraram que a base financeira que permitiu o desenvolvimento industrial no sul veio do comércio e muito poucos artesãos viram suas oficinas atingir um patamar industrial (cf. Roche, 1969; Seyferth, 1974).

A abordagem, que privilegiou a formação urbana (inclusive das capitais) e o desenvolvimento econômico, apresentando pontualmente a “contribuição” dos imigrantes, tem como complemento uma análise sobre assimilação cultural, e um capítulo final sobre pluralismo étnico e cultural. São questões intercambiáveis, na medida em que “nem o imigrante é inteiramente absorvido pela cultura nacional, nem mantém íntegras suas características culturais próprias” (Diegues Junior, 1964, p. 278). Daí falar em processo de assimilação cultural “mais pluralista” e, sobretudo, variado, pois ele se dá mais rapidamente em áreas urbanas (como São Paulo ou Rio de Janeiro) e é mais lento nas áreas rurais, onde os grupos ficaram isolados. No final, inspirado principalmente em Gilberto Freyre, afirma a receptividade e a solidariedade na convivência dos brasileiros com os imigrantes, produto da herança lusitana (e da for-

mação nacional) e consignado na legislação. Aproxima-se, portanto, de uma concepção mais nacionalista de assimilação dos estrangeiros, ressaltando as diferentes “contribuições”, mas, igualmente, o amálgama racial (“em ritmo lento ainda”), embora constata a diferenciação cultural sobretudo no sul do país. De fato, a cultura brasileira plural só é aceitável por esse autor “dentro da sua base lusitana” (*Idem*, p. 371), preferencialmente na forma de *melting pot*. Apesar dessa limitação metodológica, ainda vigente no pensamento social brasileiro naquela época, Diegues Junior faz uma contribuição de síntese bastante significativa para o entendimento do fenômeno imigratório no Brasil.

Os estudos de aculturação e assimilação foram comuns nas décadas de 1950, 1960 e 1970, com perspectivas teórico-metodológicas muito próximas às de Willems, procurando abordar o tema da integração sociocultural dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira, eventualmente destacando diferenças geracionais. Isso tem a ver com a análise empreendida por Thomas e Znaniecki – trabalho ainda citado nesse período – que destacou os conflitos entre a primeira geração de imigrantes, que procura salvar seus valores, língua materna e tradições nacionais, e a segunda geração, que é socializada no novo país, e tende a se afastar dessa tradição. A transformação dos valores e das atitudes individuais e suas conseqüências no âmbito dos grupos primários – especialmente a família –, assim como as perspectivas de mobilidade social que favorecem a aculturação e a assimilação, e as situações de conflito cultural envolvendo tanto as diferentes gerações de imigrantes como a sociedade abrangente, são assuntos comuns a vários autores, quase obrigatórios na medida em que a perspectiva culturalista abre espaço, também, para o estudo da mudança social e dos processos de absorção numa estrutura pluralista.

Willems e Diegues Junior já haviam introduzido a questão da ascensão social como motivadora da aculturação ou da assimilação. Ela vai aparecer, de forma preponderante, em diversos trabalhos articulados à perspectiva acima mencionada, seja no contexto de obras mais abrangentes, seja em artigos sobre temas específicos. Entre eles podem ser destacados artigos do próprio Willems (1944, 1948, 1951); de Egon Schaden (1956, 1957, 1973), que procurou comparar a aculturação de japoneses e alemães, tendo em vista mudanças de *status* social e a forma diferenciada de conflito interétnico; de Ruth C. L. Cardoso (1959), que abordou as associações juvenis de nisseis (a segunda geração de imigrantes japoneses) em São Paulo, destacando seu papel integrativo, sua importância no contexto da mobilidade social ascendente e sua atuação ante as mudanças impostas pela aculturação; o livro de Ursula Albersheim (1962), que possui um capítulo sobre a assimilação dos teuto-brasileiros numa comunidade localizada no Vale do Itajaí, no qual são delineados indicadores de identidade e relações conflituosas com os brasileiros; os livros de Altiva P. Balhana (1958), sobre a imigração italiana em Curitiba, e de Yukio Fuji e T. Lynn Smith (1959), sobre os japoneses no Brasil, inteiramente dedicados à temática assimilacionista em suas diferentes dimensões.

Essas são apenas algumas indicações da bibliografia mais ampla que aborda a imigração em seus múltiplos aspectos – o processo migratório desde o país de origem, a história da imigração no Brasil, a estrutura socioeconômica e a mobilidade social de grupos urbanos e rurais, aculturação etc. Um bom exemplo dessa multiplicidade de abordagens é a coletânea organizada por Hiroshi Saito e Takashi Mayeama (1973), que reúne artigos já publicados de dezessete autores que trataram da imigração japonesa, voltados para o

que atualmente denominamos relações interétnicas e que na época eram analisadas na perspectiva de assimilação, aculturação, absorção, aclimação, fixação, ou qualquer outro termo denotativo das transformações sociais e culturais produzidas pelo contato de imigrantes e descendentes com a sociedade nacional.

A mudança de orientação teórica é mais perceptível nas abordagens influenciadas pela obra de S. N. Eisenstadt (1954), que deu maior importância à socialização e à transformação dos valores dos grupos primários, mas observou que os processos de absorção dos imigrantes, ou a evolução de uma nova estrutura institucional, não são suficientes para obliterar as distinções grupais, desenvolvendo-se uma estrutura pluralista em que emergem identidades separadas. Nesse caso, chama a atenção para a coexistência dessa situação plural com a dinâmica da mudança social, com possibilidades integrativas e desintegrativas, característica do processo de absorção. Abrem-se, pois, para o imigrante papéis universais da sociedade receptora, mas também papéis especiais associados às particularidades do seu grupo, com possibilidades de conservar características estruturais distintas (cf. *Idem*, cap. I).

No Brasil, os trabalhos mais nitidamente influenciados por Eisenstadt são os de Francisca I. S. Vieira (1973), resultado de uma pesquisa sobre a imigração japonesa em Marília (SP), e de Henrique Rattner (1977), sobre a comunidade judaica de São Paulo.²² Vieira realizou sua pesquisa entre 1964 e 1966 na região da Alta Paulista, área classificada como frente de expansão no início do século XX, onde foram inseridos imigrantes japoneses. Produziu, como diz no prefácio, um trabalho monográfico preliminar, baseado no conceito de absorção utilizado por Eisenstadt, “onde os imigrantes são analisados como grupo e focaliza-se em especial a insti-

tucionalização do comportamento dos imigrantes e seus descendentes” (Vieira, 1973, p. 15). Isso implicou na análise da transformação dos grupos básicos (ou primários) e da extensão de sua participação nas principais esferas da sociedade mais ampla. Assim, a parte do livro referente às condições históricas da imigração japonesa (inclusive suas dimensões demográfica e política) e às características da inserção na frente de expansão do estado de São Paulo é muito breve, concentrando-se a análise no “grupo étnico japonês da cidade de Marília”.

O subtítulo da parte substantiva do livro é, pois, indicativo da reorientação produzida nos estudos de sistemas interétnicos na década de 1970, na qual se destacam (entre muitos outros) os trabalhos de Fredrik Barth e Abner Cohen publicados em 1969 e, no Brasil, um conjunto de ensaios de Roberto Cardoso de Oliveira (1976)²³ – em afinidade com a coletânea organizada por Barth –, em que a identidade étnica, o grupo étnico e o processo de articulação étnica são considerados as “dimensões mais estratégicas do fenômeno das relações interétnicas” (*Idem*, pp. XI-XII). Embora articulada à definição de Eisenstadt para absorção (mudança social com possibilidades integrativas e desintegrativas), Vieira (1973, pp. 73-74) focaliza a natureza e a composição do “grupo étnico japonês em Marília” para chegar ao processo de institucionalização do comportamento de imigrantes e descendentes. Destaca a categoria unívoca de identificação – japoneses – e sua oposição em relação aos brasileiros, partindo de uma definição de “grupo étnico” muito próxima à de Barth (1969). Associando as duas perspectivas de forma complementar, Vieira analisa o grupo identificado de forma mais geral por uma única designação – japoneses –, as características culturais de distintividade, as diferenciações internas baseadas em

categorias geracionais e regionais, a distinção envolvendo indivíduos de diferentes etapas do processo imigratório, mas também aborda as transformações ocorridas principalmente na organização familiar (com ênfase nos casamentos interétnicos),²⁴ no sentido de desvendar os mecanismos de absorção. Como em outros trabalhos sobre a imigração japonesa, Vieira também estuda as associações, mostrando seu papel na manutenção da identidade étnica (operando como “agências étnicas formalizadas”), mas funcionando, igualmente, como canais de comunicação com a sociedade brasileira. Nesse sentido, aponta, rapidamente, para a emergência de lideranças étnicas – políticas e econômicas – após a Segunda Guerra Mundial e sua aproximação com os brasileiros, numa abordagem semelhante às de Willems e outros que consideraram as aspirações relativas à ascensão social um dos elementos determinantes do processo de assimilação ou absorção.²⁵

A mobilidade social ainda é assunto destacado no trabalho de Rattner (1977) sobre os judeus em São Paulo, mais fortemente inspirado na obra de Eisenstadt (1954), cujo referencial empírico são os imigrantes judeus em Israel. Na prática, o modelo analítico adotado é o mesmo desde Willems: entre as “condições da assimilação” destaca a urbanização, a industrialização, a inserção no sistema de ensino brasileiro – que abrem espaço para mudanças na posição social (“busca de *status*”); e o conflito geracional –, a segunda geração, nascida no Brasil, mais integrada à sociedade receptora, mostrando um comportamento “ambivalente” em relação à religião e à cultura judaica. A palavra “ambivalência”, tal como em Willems, serve para explicar a persistência de papéis e valores relacionados à pertinência étnica, concomitante com a assimilação. Rattner destaca a importância do pluralismo cultural que permite a participa-

ção do imigrante na sociedade receptora sem renúncia aos papéis próprios do grupo étnico. Por isso, enfrenta o problema da identidade judaica, junto com a noção de ambivalência, na sua dupla definição – interna à comunidade e baseada na pertinência religiosa, na “educação judaica” no lar, na frequência à sinagoga, clubes e associações, escolas e entidades assistenciais exclusivas etc.; e externa, segundo a qual (a partir de Sartre) judeu é aquele que os outros consideram um judeu. Por outro lado, apresenta, no mesmo contexto comunitário, os indícios de um *ethos* geral de aculturação e integração: a não observância, principalmente a partir da segunda geração, de todos os ritos religiosos, a quase ausência do uso do iídiche e do hebraico, casamentos mistos, pouca identificação ideológica com o sionismo. De certa forma, Rattner discute a primazia da religião para dizer que a identidade é pouco centrada na religião e configura-se muito mais na convivência nos espaços comunitários, numa certa concentração no espaço urbano (referência ao “bairro judaico”) e no comportamento diário no relacionamento com os membros da comunidade. Persistem, pois, os pressupostos comportamentais da ambivalência, segundo os quais as condutas individuais e coletivas estão divididas entre a integração à sociedade brasileira e o pertencimento ao grupo étnico. A relevância da identidade judaica deixa em segundo plano as noções de marginalidade e homem marginal (citadas no texto)²⁶ para observar o fenômeno que denominou

[...] processo de amalgamação de diferentes correntes imigratórias, à medida que a segunda geração, nascida e educada no País [...], mistura-se com seus pares, *s'fardim* com *achquenazim*, filhos de judeus da Alemanha com os de origem egípcia ou rumena, geralmente da mesma forma e com as mesmas aspirações (Rattner, 1977, p. 165).

O comprometimento com a idéia de aculturação ou absorção leva o autor a pensar esse fenômeno de formação de uma identidade cultural unívoca – a de judeu brasileiro –, discutida na forma de paradoxo ou ambivalência, para reportar-se, afinal, aos ditames socioeconômicos que impõem padrões de conduta compatíveis com a inserção na sociedade brasileira. Todavia, conclui que os judeus paulistanos, por seu estilo de vida, aspirações e formação, estão integrados à sociedade onde vivem, mas não são assimilados, mantendo uma identidade separada.

Os problemas relativos às identidades étnicas assinalados por Vieira e Rattner estão presentes nos estudos de maior abrangência temporal, relativos à colonização desde o século XIX, que deram alguma atenção aos problemas de aculturação e assimilação. A monografia antropológica de Thales de Azevedo (1982 [1975]) sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul é um bom exemplo.²⁷ Baseado em pesquisa documental e bibliográfica, e em entrevistas, Azevedo dá alguma atenção à política imigratória brasileira, aos fatores determinantes da emigração na Itália, assim como à travessia até a inserção numa colônia; procurou analisar o ajustamento do imigrante camponês no contexto colonial, sua adaptação ao meio, seu relacionamento com a sociedade nacional e os processos de aculturação, abrangendo “cem anos de regime colonial” (*Idem*, p. 273). Nesse tipo de abordagem, voltado para a colonização, a figura predominante é o colono, havendo pouca ou nenhuma menção à mobilidade espacial e à imigração em áreas urbanas, inclusive nas principais cidades que se desenvolveram a partir de núcleos coloniais.

Na priorização temática de Azevedo, a emigração (suas causas, inclusive as formas de aliciamento na Itália) é tratada superficialmente, dando maior atenção à expressão esta-

tística da imigração italiana no Brasil e às condições de recepção e do sistema colonial no Rio Grande do Sul, passando pelas vicissitudes dos colonos desde o porto de embarque até as regiões coloniais. Entre outros documentos, as cartas de imigrantes a seus familiares e amigos serviram para reconstituir a travessia, contando uma história de privações e sofrimentos – navios superlotados, falta de comida, doenças, mortalidade, longas caminhadas com o agravante da desorganização dos serviços de recepção e encaminhamento até os núcleos coloniais – e de decepção no enfrentamento da realidade. De fato, tais condições da emigração mostram fatos comuns a outras situações coloniais no sul do Brasil. As práticas de colonização, e suas consequências sociais e econômicas, foram objeto das sínteses realizadas por Waibel (1958) – que estabeleceu os princípios da colonização européia no sul, dando atenção à “paisagem cultural” criada pelos colonos e aos sistemas de exploração agrícola – e por Roche (1969) – que tratou da colonização alemã no Rio Grande do Sul e suas características socioculturais, chamando a atenção para as formas de exploração agrícola e sua evolução, para a mobilidade espacial dos colonos, que denominou “enxamagem”, e para o desenvolvimento da indústria em diversos centros urbanos surgidos nas zonas coloniais a partir da acumulação de capitais por comerciantes de produtos coloniais e do artesanato. A formação de um tipo de campesinato no contexto de povoamento próprio das regiões coloniais, e sua mudança social em face da industrialização, foi objeto de um trabalho realizado por mim no Vale do Itajaí (Seyferth, 1974). Afinal, é de camponeses que os autores acima citados, inclusive Azevedo, estão falando: colônia e colono são termos que identificam um pequeno produtor camponês que possui os meios de produção (inclusive a posse ou a propriedade da terra), desde o início do po-

voamento subordinados aos comerciantes, quase sempre também imigrantes, que monopolizaram a compra e a venda da produção colonial. Hoje, são categorias analíticas subsumidas na abrangência semântica da noção de “agricultura familiar”.

Azevedo realizou uma análise antropológica do “regime de colonização” (distribuição espacial dos colonos, formas de cultivo, organização do trabalho familiar, surgimento de associações recreativas e beneficentes, indicadores do sucesso do colono italiano, detalhes sobre a transmissão do patrimônio e da vida religiosa etc.), chamando a atenção para alguns aspectos da organização social, específicos da imigração italiana. Considero sua principal contribuição a relevância atribuída à capela como unidade básica de organização da sociedade rural formada em cada travessia ou linha colonial, desde os tempos pioneiros da colonização. E mostra seu papel na conformação das relações de vizinhança, sociabilidade, solidariedade e aglutinação da vida social, demarcadoras de uma “consciência de comunidade” (Azevedo, 1982, p. 196). Albersheim (1962) também referiu-se à essa forma de organização entre os alemães do Alto Vale do Itajaí: ali não existe a sociedade da capela estudada por Thales de Azevedo, mas surgiu o mesmo sentido comunitário entre habitantes de uma mesma linha colonial, com seus princípios de solidariedade e sociabilidade que podem ou não se relacionar a um espaço religioso (capela).²⁸

Na parte final do livro, Azevedo aborda a aculturação dos italianos e, principalmente, suas dificuldades diante da *italianità*. Não há um delineamento teórico da aculturação, talvez porque o objeto de estudo é a colonização, o universo rural produzido pela imigração italiana na região serrana do Rio Grande do Sul. Daí a aproximação com os trabalhos de Willems e Roche, ambos estudiosos da colonização alemã e, como Azeve-

do, aludiram à formação de culturas ou subculturas de raiz camponesa, diferenciadas no contexto brasileiro. Trata-se de mostrar como os imigrantes conservaram seus costumes e tradições e como estas foram modificadas na adaptação ao novo ambiente e no contato com a sociedade nacional. Na sopeagem desses elementos, aparentemente contraditórios, evidenciam-se, antes, a importância da consciência de grupo e os significados, inclusive identitários, das diferenças culturais. Ao referir-se aos “dilemas da aculturação”, Azevedo (1982, cap. V) procurou mostrar o “caráter de defesa da herança cultural” da *italianità*, compatibilizada com a lealdade à pátria adotiva, e o papel das lideranças comunitárias, inclusive dos padres católicos, e das associações culturais e recreativas, na sua configuração e preservação. Pode-se dizer que não deu muita importância aos “problemas” de assimilação (embora relevasse essa perspectiva) e demonstrou que

A longo prazo e como expressão de uma consciência coletiva inclinada a consolidar um modo global de vida, a luta pela identidade étnica própria em face da sociedade nacional vem a ter uma função determinante na preservação de todo o complexo “colonial” numa continuidade estrutural que perdura por um século [...] (*Idem*, pp. 244-245).

Aí está a contribuição mais efetiva do autor: a partir de observações precisas sobre o mundo rural do colono italiano no Rio Grande do Sul – que remetem a uma identidade cultural própria no confronto com os brasileiros –, assinala a persistência do sistema colonial em suas múltiplas distintividades desde sua implantação, no último quartel do século XIX, até o momento da escrita da monografia, ajustado às mudanças “geradas na sua própria constituição intrínseca com a urbanização e a industrialização” (*Idem*, p. 273). As-

sim, apesar de mencionar a identidade étnica, não utiliza esse conceito; e, na demonstração conclusiva, afirma que as características da organização social e das instituições, bem como as expectativas éticas da cultura de origem, próprias da colônia italiana, impedem sua desintegração e absorção no processo de aculturação e assimilação.

A inserção de imigrantes italianos no meio rural brasileiro é objeto de outro trabalho antropológico importante, publicado por João Batista Borges Pereira (1974). Tem proximidade metodológica e teórica com a monografia de Thales de Azevedo: ambos trabalharam com a teoria da aculturação, analisando os processos de mudança sociocultural produzidos pelo contato interétnico, dando continuidade à tradição iniciada por Willems em 1940; por outro lado, não descuraram da dimensão social decorrente da situação colonial, pois os imigrantes italianos estão englobados na categoria *colono*, tema que, sob muitos aspectos, remete à uma condição camponesa.²⁹ O estudo de Borges Pereira tem um interesse adicional porque aborda a imigração italiana do pós-guerra (colonos que chegaram ao Brasil na década de 1960), quando a maioria das pesquisas de historiadores e cientistas sociais estavam voltadas para o período da grande imigração. Não concentrou-se, simplesmente, na caracterização sociocultural do grupo estudado; por meio de entrevistas, histórias de vida, observação participante, e do trabalho realizado junto aos estudantes (solicitação de composições sobre o próprio grupo, os brasileiros, a Itália e o Brasil) analisou as persistências, as mudanças da cultura e a visão de mundo desses imigrantes numa situação de contato com a sociedade/cultura brasileira, sem compromisso com a noção de grupo étnico – conceito nem sempre útil para a compreensão de contextos imigratórios e, no seu formato tradicional, criticado na antropologia desde a década de 1960 (cf. Barth, 1969).

Os livros de Azevedo, Borges Pereira, Vieira e Rattner e a coletânea sobre a imigração japonesa organizada por Saito e Mayema aqui destacados mostram que, na década de 1970, ainda predominavam os conceitos de aculturação e absorção (uma variante para assimilação) nos debates sobre a imigração no âmbito das ciências sociais. Mas é falacioso considerar esta abordagem teórica imprópria em face dos criticismos advindos dos conceitos de identidade e etnicidade que reconfiguraram as análises de contextos multiculturais ou multiétnicos. Aculturação e etnicidade não são fenômenos mutuamente excludentes, e o próprio Willems, mais de cinquenta anos atrás, percebeu a relevância da distintividade cultural teuto-brasileira e sua significação identitária, que subordinou ao conceito de *cultura híbrida*. Torna-se necessário lembrar que esses pesquisadores estavam mais interessados nos processos de mudança social e cultural que conduzem à integração do imigrante no país de acolhida, e menos preocupados com a pluralidade cultural e étnica do Estado-nação imigrantista e assimilacionista. Não ignoram a diferença cultural (contemplada na teoria da aculturação, que fala em mudança nas configurações culturais dos grupos em contato) e, de certa forma, demonstraram que o seguimento da aculturação (ou absorção) é concomitante, e às vezes até concorrente, ao processo de construção de identidades culturais separadas.³⁰

Dois aspectos importantes para a compreensão mais abrangente da imigração são tratados superficialmente na maioria dos trabalhos mencionados: a emigração e a persistência dos laços com o país de origem. O interesse maior pela inserção dos estrangeiros na sociedade brasileira restringe o fenômeno da emigração a um conjunto de motivações (quase sempre econômicas) para migrar. A ligação com o Estado de origem e a reemigração são, talvez, fatos irrelevantes

para os estudos que focalizam as correntes imigratórias anteriores à Segunda Guerra Mundial, embora a presença de agências e representantes dos países de emigração seja uma constante no Brasil desde o século XIX.

Nesse sentido, o livro de Constantino Ianni, publicado em 1963, é uma exceção. Aborda, numa perspectiva crítica, os interesses envolvidos na emigração de cidadãos italianos para as Américas (e, mais especificamente, para o Brasil), estando, pois, na contramão da corrente principal que se interessa pela imigração. Trata da política emigratória do Estado italiano, renunciando a uma perspectiva acadêmica³¹ para, numa atitude engajada, escrever um livro-denúncia, fundamentado em pesquisas documentais, estatísticas e junto a emigrantes, repatriados, agentes do estado etc., realizadas na década de 1950. Ianni parte de uma pergunta aparentemente óbvia: por que os italianos continuam emigrando mesmo passada a “emigração da fome” (Ianni, 1972, p. 13). A resposta vai ser procurada na política emigratória italiana e nos interesses das elites políticas e econômicas. Fora do contexto usual da pobreza, do desemprego, da concentração fundiária e outros fatores que motivam a emigração, Ianni refere-se a uma política do Estado voltada para a expatriação de cidadãos, reveladora da multidirecionalidade do fenômeno migratório que movimenta a economia italiana.

A análise de Ianni suscita muitas questões, mas quero destacar, especialmente, quatro pontos. Em primeiro lugar, vai além dos determinantes da ordem econômica para ressaltar o fato de a emigração ser um instrumento político na vida interna e nas relações internacionais da Itália. Mostra que certas políticas do Estado também produzem emigrantes, havendo interesse em mantê-los ligados ao país natal – como se formassem “colônias” no estrangeiro incluindo até mesmo os descendentes de imigrantes. Isso conduz ao segundo

ponto: a quem interessa a emigração? Aí entram em cena as elites políticas e econômicas, o próprio Estado, a igreja, o sistema financeiro, a parentela dos emigrados. Segundo Ianni, os principais beneficiados são as empresas de navegação (cuja propaganda chega até ao meio rural mais remoto), os intermediários que atuam nos municípios recrutando emigrantes, os favorecidos pelas remessas de dinheiro (especialmente parentes dos expatriados e entidades as mais diversas, sobretudo religiosas), os bancos, muitas vezes com interesses entrelaçados aos das empresas de navegação, que lucram com as remessas em dinheiro, e o próprio Estado, beneficiário da entrada de capitais que financiam o tesouro, as obras públicas e a própria expansão industrial, considerando, ainda, que as remessas alimentam o comércio interno e o intercâmbio com o exterior, e o próprio fundo de poupança nacional. Essas considerações são reforçadas pelos indicadores estatísticos: entre 1869 e 1962 cerca de 24 milhões de italianos emigraram, mas nem todos ficaram no estrangeiro (*Idem*, p. 93).³²

A terceira questão está contida no título do livro – *Homens sem paz* –, que remete ao peso emocional de ser emigrante ou à “consciência da paz perdida” em face dos duplos pertencimentos, sendo mencionados os distúrbios emocionais, os conflitos culturais, a desintegração da família (quando apenas os homens emigram), os suicídios, a indigência (ou rebaixamento da condição social); ou, então, os problemas do repatriamento quando a emigração produz poucos ricos e muitos malogrados que retornam com auxílio consular. De fato, o retorno raras vezes foi objeto de reflexão por parte dos estudiosos da imigração, apesar dos significativos índices de repatriados e reemigrados em todas as épocas.

Finalmente, a forma de apresentação dos dados permite perceber como o movimento

de pessoas desencadeado pela emigração mexe com toda a sociedade de origem, quando é mais comum pensar nas mudanças que a imigração acarreta nas sociedades de acolhida. Por isso, apesar da sua obviedade, não custa lembrar dessa dupla dimensão do fenômeno da imigração que, conforme assinalou Sayad (1998, p. 16), é um “fato social total”.

Numa justaposição dos termos Estado, nação, imigração, Sayad (*Idem*, p. 265) mostra que a “ordem da migração”, com seu duplo componente, a emigração e a imigração, está ligada a “duas ordens nacionais” relacionadas entre si. À parte a questão fundamental posta pela dupla condição do imigrante (e sua relação com a nação de origem e com aquela onde se fixou) e suas implicações, a observação de Sayad, apesar de axiomática, evidencia não só os paradoxos dessa identidade, mas também permite refletir acerca dos múltiplos interesses envolvendo as políticas migratórias nos dois extremos do contínuo. Sob esse aspecto, destaca-se a pesquisa, mais recente, de Célia Sakurai, que abordou a imigração japonesa no Brasil por meio da noção de “imigração tutelada”. Destacou a forma de aceitação dos japoneses no Brasil, que se concretizou no período anterior à Segunda Guerra Mundial, via sua inserção na agricultura, que permitiu uma identificação positiva do imigrante, apesar das diferenças culturais e das restrições de natureza racial expressadas por uma parte da elite nacional, caracterizada na contribuição ao desenvolvimento da policultura (portanto, o “sucesso” ajudou a construir uma imagem mais aceitável, superando em parte, os distanciamentos). Considerou essa imigração “tutelada” porque desde o início, em 1908, esteve amparada pela orientação, ajuda e gerência de representantes do governo japonês, e se estruturou “sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil” (Sakurai, 1999, p. 202).

Considero essa abordagem temática importante porque aprofunda o estudo de certas particularidades de um processo migratório que esteve no centro do debate nacionalista da primeira metade do século XX, percebido quase sempre de modo negativo, dadas as concepções raciais e eugenistas envolvidas no ideário da formação do povo brasileiro. De certa forma, os trabalhos de Sakurai (1999, 2000) revelam como os ditames práticos e pragmáticos das políticas migratórias passam por cima das ideologias nacionalistas e mesmo dos ideais racistas. A despeito da restrição inicial à imigração asiática consignada pelo decreto 528, de 1890, e devido à explícita preferência pelos imigrantes europeus, o governo brasileiro revogou esse dispositivo em 1907, no momento inicial de retração dos fluxos europeus, em virtude dos interesses dos cafeicultores paulistas e dos programas de colonização e, igualmente, para estabelecer relações comerciais mais duradouras com o extremo oriente. É nesse contexto de interesses que a autora apresenta dados que configuram uma imigração dirigida, subsidiada e estimulada nos dois pólos do contínuo migratório – Brasil e Japão. Do lado brasileiro, a perspectiva de modernização é a principal motivação; no Japão, o crescimento demográfico pressionou a emigração, estimulada por empresas privadas e estatais, que produziram assentamentos de famílias japonesas no Brasil.

Ianni e Sakurai dimensionaram de modo mais sistemático o Estado emigrantista e sua atuação no curso dos processos migratórios, um tema que está mais em evidência no atual mundo globalizado, onde emergem Estados-nação transnacionais, mantenedores de políticas identitárias que ultrapassam as fronteiras internacionais.³³ Essa não é uma característica exclusiva da pós-modernidade, pois políticas de construção de identidades e de manutenção de certos laços primordiais existiram

também em contextos migratórios anteriores à Segunda Guerra Mundial, sempre associados aos interesses dos Estados emigrantistas ou de instituições e empresas particulares, conforme assinalaram Azevedo (1982) e Sakurai (2000).³⁴

A ampla visibilidade do fenômeno migratório em âmbito global e os índices significativos da emigração de brasileiros desde a década de 1980 aumentaram o interesse acadêmico pela imigração no Brasil. Imigração e imigrantes, do século XIX até o presente, são objetos de pesquisa de historiadores, antropólogos, sociólogos, demógrafos, geógrafos – cada disciplina com suas prioridades temáticas. No campo das ciências sociais, em particular da antropologia, a pluralidade étnica e a conseqüente formação de identidades culturalmente demarcadas são temas recorrentes que praticamente substituíram o modelo analítico baseado nos conceitos de aculturação e assimilação.

No seu artigo sobre os problemas de formação de novos Estados pós-coloniais, Geertz (1963) chamou a atenção para as dificuldades de ajustar sentimentos primordiais próprios das situações de pluralidade étnica e cultural a sentimentos civis e nacionais. Não utiliza o termo “grupo étnico”, mas está implícita na sua argumentação a noção de povos diferenciados, com identidades fundadas em pertencimentos primordiais, derivados de princípios como parentesco, raça, cultura, religião etc. – algo próximo da concepção de etnia –, dificultando a emergência da percepção (política) de cidadania. Na mesma época, Glazer e Moynihan (1963) abordaram as relações interétnicas em Nova York procurando mostrar que, mesmo passados quase quarenta anos desde a imigração em massa de europeus, o padrão étnico produzido por ela persiste, e atribuem essa persistência a uma tendência central no *ethos* norte-americano, que estrutura os imigrantes e

seus descendentes, assim como porto-riquenhos e negros (os dois outros grupos estudados) em grupos de diferentes *status* e características. Não descartam a assimilação e reafirmam o poder assimilacionista da sociedade e cultura norte-americanas, mas consideram *melting pot* apenas uma idéia antiga que não se realizou na prática.³⁵ Para eles, os grupos étnicos são formas de vida social em permanente renovação e transformação e são também motivados por interesses comuns, e a palavra *etnicidade* (um neologismo recém-dicionarizado) aparece para designar o caráter ou a qualidade do grupo étnico. O conceito foi aplicado a grupos de imigrantes e descendentes, e as virtudes teóricas da *etnicidade* seriam reafirmadas por ambos, sobretudo na sua dimensão política no contexto do Estado de bem-estar social, tendo em vista sua relevância como categoria social e sua visibilidade mundial (Glazer e Moynihan, 1975). Diante das virtualidades da noção de grupo étnico na antropologia, Barth (1969) problematizou-a, introduzindo a questão da identidade (étnica) apropriada como aspecto da organização social. Nesse caso, o ponto fundamental na análise proposta diz respeito à fronteira étnica culturalmente demarcada e socialmente construída na interação com os outros. Para ele, a identidade não é imutável, mas socialmente definida na ação recíproca que marca as relações interétnicas.

Os debates posteriores ora reificam, ora criticam esses posicionamentos mas, de um modo geral, a persistência e a relevância dos fenômenos abarcados pelas noções de *etnicidade* e grupo étnico, sua amplitude empírica na forma de diferenças culturais e sua ubiquidade, deixaram em segundo plano as problemáticas de integração e absorção contidas no modelo analítico de assimilação e aculturação. Essas novas reflexões teóricas repercutiram no Brasil e foram discutidas, inicialmente, por Cardoso de Oliveira

(1976) e, de modo mais incipiente, estão presentes em alguns trabalhos sobre a imigração, como os de Vieira (1973), Azevedo (1982) e Rattner (1977).

A pesquisa sobre a imigração alemã que realizei no Vale do Itajaí (SC), e que resultou na tese de doutorado defendida em 1976 na Universidade de São Paulo (depois publicada em 1981), seguiu essa orientação teórica para tratar da formação da identidade teuto-brasileira num contexto de colonização que o nacionalismo brasileiro, especialmente durante a campanha de nacionalização do Estado Novo, considerou problemático por causa das diferenças culturais e do uso cotidiano de uma língua estrangeira. O trabalho focaliza o desenvolvimento da noção de comunidade étnica (*Volksgemeinschaft*) e de identidade teuto-brasileira e sua transformação ao longo do tempo, a influência do nacionalismo alemão na sua configuração, os conflitos produzidos no confronto com o nacionalismo brasileiro e no contato com a população nacional, especialmente durante o Estado Novo, quando houve intervenção militar que atingiu as instituições comunitárias e restringiu as liberdades individuais. A pesquisa baseou-se em entrevistas, na historiografia local, nos materiais de arquivo, relativos às instituições comunitárias e associações, e na imprensa e literatura em língua alemã, principais veículos de divulgação da ideologia germanista. Tratando de concepções conflitantes de identidade étnica e nacional, a análise das categorias de identificação e os períodos de maior conflito tiveram espaço privilegiado num texto que procurou mostrar por que e como os critérios de pertencimento à “comunidade étnica” (no sentido dado por Weber, 1991) persistiram mesmo depois de décadas sem entradas significativas de novos imigrantes e no curso do processo de aculturação assinalado por Willems (1946).³⁶

A dissertação de mestrado de Maria Helena Beozzo de Lima, defendida no PPGAS do Museu Nacional em 1973 (não publicada), foi um dos primeiros trabalhos a dedicar maior atenção à formação da identidade étnica em contexto migratório. Trata-se de um estudo de base etnográfica realizado na Casa do Minho, Rio de Janeiro – “casa regional portuguesa” que concentra imigrantes naturais do norte de Portugal (oriundos do meio rural) e seus descendentes. Lima analisa a inserção deles na sociedade brasileira, as representações sobre a ascensão social, a elaboração da identidade de “português do Brasil” e suas manifestações num contexto associativo onde é celebrada a diferença cultural. Nesse sentido, aponta para o caráter simbólico da idéia de “comunidade de origem” atribuída à casa regional, e sua importância identitária que passa pela afirmação da superioridade de padrões e valores lusitanos em relação aos da sociedade brasileira – daí a expressão “missão herdada” (num certo sentido, percebida como a continuidade civilizatória do passado colonial), que compõe o título da dissertação. Na conclusão menciona uma questão não discutida no texto: a possível ligação entre a ideologia étnica dos “portugueses” da Casa do Minho e os interesses (no plano das relações internacionais) de Portugal.

Aí está um indicativo importante do papel do Estado-nação português na configuração identitária dos imigrantes, um processo que se tornou mais evidente com o fim do regime salazarista e a independência das colônias africanas em meados da década de 1970. A redefinição do papel do Estado-nação pós-colonial e a emergência de políticas de identidade para incluir os portugueses da diáspora, assim como as reconfigurações das semelhanças e das diferenças entre Portugal e Brasil, na conjuntura da globalização (com implicações nas representações identitárias) – enfim, o

problema da transnacionalidade que modifica a identidade nacional – são temas estudados por Bela Feldman-Bianco (2001, 2002), que também orientou duas dissertações de mestrado sobre a imigração portuguesa no Brasil voltadas para a questão da identidade. Douglas Mansur da Silva (2000) tratou da configuração político-identitária de um grupo de exilados anti-salazaristas estabelecidos na cidade de São Paulo e ligados ao jornal *Portugal Democrático*, no período entre 1956 e 1975; Eduardo Caetano da Silva (2003) analisou a dinâmica da identidade e a etnicidade traduzida pela expressão *portugalidade*, no contexto associativo de portugueses e descendentes em São Paulo. As implicações políticas e o jogo de poder envolvendo reconfigurações da identidade (cultural) são a principal contribuição desses trabalhos sobre a imigração portuguesa.

A relevância temática da etnicidade e seus aportes identitários vinculados à diferenciação cultural podem ser observados em diversos trabalhos publicados nos últimos vinte anos. Algumas pesquisas foram realizadas junto a grupos que receberam pouca atenção, talvez por causa da sua pequena visibilidade nas estatísticas imigratórias. É o caso da imigração judaica dirigida para áreas de colonização no sul do país, um tipo de localização aceito por ser uma imposição da política imigratória do Estado brasileiro, vinculada a projetos coloniais, mesmo diante de refugiados de origem urbana.³⁷ A experiência de inserção rural de um grupo de refugiados judeus oriundos da Alemanha nazista foi estudada por Ethel W. Kosminsky (1985), a partir de uma pesquisa realizada em Rolândia, no norte do Paraná. Seus resultados mostram, sem paradoxos aparentes pois trata-se de pessoas que estavam integradas na comunidade nacional alemã antes do nazismo convertê-las em indesejáveis, uma configuração identitária vinculada à cultura

alemã. Mais do que isso, à alta cultura, *Kultur*, com o enunciado da educação literária e artística, e que se agrega aos princípios mais gerais da identidade judaica.

Outro bom exemplo dessa forma de análise temática é o trabalho de Alcides Fernando Gussi (1997) sobre a construção e a reconstrução de uma identidade “americana” por parte dos descendentes de famílias confederadas que vieram para o interior de São Paulo (Santa Bárbara do Oeste e Americana) no século XIX. O autor realizou um bom trabalho etnográfico (inclusive dos eventos realizados num cemitério onde estão sepultados os antepassados), reconstruiu algumas trajetórias familiares e sua associação com a etnicidade e analisou um conjunto de dados relativos à família, participação política, vida econômica, ascensão social etc., numa interface entre história e antropologia também presente em outros estudos que tratam da questão da identidade na longa duração, especialmente no caso dos fluxos migratórios que remontam ao século XIX.

Antes da versão publicada, os dois trabalhos citados foram apresentados como dissertações de mestrado; fazem parte de um grande número de teses e dissertações defendidas nos dois últimos decênios, cujo objeto é a imigração no Brasil. As limitações de um artigo impedem uma avaliação precisa dessa produção acadêmica, em grande parte ainda inédita. Entre os trabalhos publicados, que abordaram, no todo ou em parte, a temática das relações interétnicas e da formação da identidade podem ser citados os de Arlene Renk (1997), Marcelo A. Ennes (2001) e Regina Weber (2002). Renk faz uma análise antropológica do confronto interétnico entre ervateiros caboclos e colonos italianos oriundos do Rio Grande do Sul e assentados no oeste de Santa Catarina, a partir da década de 1920, por empresas de colonização. No processo de ocupação do território, os erva-

teiros foram expropriados, ficando à margem das colônias e dedicados à atividade extrativa controlada por empresários de “origem” italiana. Na interface história-antropologia, Regina Weber estudou os trabalhadores fabris de Ijuí, uma “colônia mista” de imigrantes europeus situada no Rio Grande do Sul, no período inicial da industrialização (décadas de 1930/1940). Analisa a cultura operária desses imigrantes e descendentes (entre os quais predominam os alemães), sua participação nos sindicatos, na política local, e as relações interétnicas nas quais as fronteiras culturalmente demarcadas e socialmente acionadas separam a população “de origem” (européia) dos “brasileiros”. Ennes analisou a presença japonesa numa cidade do interior paulista a partir das relações sociais entre japoneses e não japoneses com um enfoque teórico um pouco diverso, pois apresenta a noção de “identidade inacabada” para repensar a dinâmica da “construção e desconstrução de identidades étnico-culturais” (Ennes, 2001, p. 16). Influenciado pela sociologia de Pierre Bourdieu, especialmente a noção de *habitus*, faz uma breve história da presença japonesa em Pereira Barreto para depois abordar as relações sociais, a inserção de nipo-brasileiros na estrutura social e o processo de trocas simbólicas e práticas usadas na construção da identidade. O trabalho está baseado em algumas fontes documentais e, principalmente, em relatos orais de pessoas cujas trajetórias instruem a análise.

Esses autores podem, eventualmente, buscar fundamentos teóricos diversos, mas têm procedimentos metodológicos comuns, além do fato de abordar, no todo ou em parte, a problemática interétnica. Pesquisaram grupos que entraram no Brasil antes da Segunda Guerra Mundial, quase sempre de inserção rural e associados ao desenvolvimento urbano posterior à imigração – fenômeno comum no processo de ocupação territorial

no sul do país. Ao recorrer à história do processo migratório, inclusive para explicitar as persistências e as mudanças nas formulações das identidades e a mobilidade social, precisaram buscar dados em arquivos e usar técnicas próprias da história oral, que apelam ao conceito de memória e são diversas da história de vida antropológica e da noção de trajetória individual. Mas têm a peculiaridade de não fazer, propriamente, história da imigração, pois o interesse maior é o tempo presente, a não ser no caso estudado por Weber (2002). Daí, o principal fundamento metodológico é a entrevista e, por meio dela, a memória e as representações, inclusive sobre o passado. Um bom exemplo dessa utilização da entrevista é a tese de Maria Catarina C. Zanini (2002) – um estudo minucioso sobre a construção e a reconstrução da identidade italiana na região de Santa Maria (RS) que se apóia nas memórias dos descendentes acerca da “italianidade” e oferece um panorama dessa etnicidade vista do presente.

Os exemplos dados mostram a predominância temática dos processos de formação de identidades étnicas ou culturais e sua relevância no âmbito das relações sociais numa sociedade plural. Não é assunto exclusivo, e sua importância está relacionada aos particularismos culturais produzidos pela imigração, estranhos à formação de um Estado-nação ao mesmo tempo imigrante e assimilacionista. Além disso, articula-se com a noção de etnia presente na ideia de *colônia*, com fronteiras culturais buscadas nas tradições nacionais de cada grupo. O termo colônia não exprime pertencimento étnico apenas entre imigrantes de inserção rural localizados em áreas de colonização, mas também aparece entre imigrante e descendentes estabelecidos nas grandes cidades, que até agora receberam pouca atenção – sobretudo os grupos com menor visibilidade estatística – excetuando a cidade de São Paulo. Sob esse aspecto, destacam-se

os trabalhos de Oswaldo Truzzi (1992, 1997) e Roberto Grün (1992) dedicados, respectivamente, aos sírios e libaneses e aos armênios em São Paulo. Além de tratar das identidades e dos contornos culturais dessas “colônias”, assim como das mudanças que se produziram desde os inícios dos fluxos migratórios, os autores abordaram a questão crucial da mobilidade social e seu papel integrativo interno e também na sociedade brasileira. Truzzi (1992) analisou o papel do comércio e da formação universitária de profissionais liberais no processo de ascensão social que facilitou a integração social de famílias mais abonadas – sucesso econômico que, em parte, ajudou a superar os estereótipos e os preconceitos vinculados pelos brasileiros à atribuição genérica da categoria “turco” aos oriundos do Oriente Médio. Essa abordagem foi ampliada no outro trabalho (Truzzi, 1997) que, além de mostrar a diferenciação interna da colônia, apresenta uma análise da emergência de lideranças e sua inserção política, um tema pouco usual assim como o capítulo dedicado à comparação com a imigração sírio-libanesa nos Estados Unidos. Grün (1992) deteve-se no que chamou de “especialização funcional” (atividades concentradas no segmento de calçados da economia) e na relação entre atividade econômica (empresas familiares) e os condicionantes culturais de uma identidade armênia.

Grün retomou o tema da identidade armênia num texto comparativo que mostra particularidades da constituição da comunidade judaica no Brasil, evidenciando o papel dos intelectuais judeus na estruturação de uma identidade comum, apropriada de forma individual e coletiva. O texto está incluído numa coletânea organizada por Bila Sorj (1997), dedicada aos temas do judaísmo, da identidade judaica e da integração dos judeus na sociedade nacional. Dentro dessa perspectiva temática, a coletânea apresenta textos de Bernardo Sorj, que procura analisar a dinâ-

mica da integração dos judeus tendo em vista o impacto limitado do anti-semitismo na sociedade brasileira; de Eva A. Blay, que aborda trajetórias de migração de famílias de judeus do norte da África para a Amazônia, apontando para processos concomitantes de integração social e preservação das instituições comunitárias (demarcadoras de uma identidade específica); a questão da identidade também está presente no trabalho de Bila Sorj sobre casamentos mistos e conversão ao judaísmo moderno no Brasil a partir de um estudo sobre a Federação Israelita do Rio de Janeiro, uma instituição representativa da comunidade judaica. Trabalhos como esses mostram que a formação e a persistência de identidades culturalmente diferenciadas em sociedades plurais – particularmente na pós-modernidade, que transformou o multiculturalismo em fenômeno politicamente correto (apesar dos discursos de exclusão que marcam a maioria dos nacionalismos) – não são incompatíveis com a integração nas sociedades nacionais.

Estes e os outros trabalhos citados que deram importância à questão das identidades apontam para a dinâmica social do fenômeno chamado etnicidade, que é contingente, variável ou, conforme observação de Smith (1986, p. 32), contém um paradoxo, uma vez que é, a um só tempo, mutável e persistente e seus símbolos são construídos e reconstruídos no curso da história. Por outro lado, a complexidade das formas de integração social e a ininterrupta reconstrução das diferenças culturais deixam em evidência as limitações dos modelos de assimilação e aculturação, fato que não diminui a relevância dos estudos sobre a imigração realizados com essa orientação teórica.

As múltiplas questões suscitadas pelo fenômeno imigratório trazem dificuldades para as análises de maior abrangência, como a realizada por Diégues Junior (1964), que

oferece dados gerais sobre os diversos grupos imigrados, procurando ressaltar a contribuição de cada um deles à cultura e à economia brasileira. Autores que trataram de grupos específicos utilizaram o mesmo formato analítico, caso de Franco Cenni (1975), que estudou a emigração italiana para vários estados brasileiros, fixando-se mais substantivamente nas particularidades culturais, sobretudo dos que se dirigiram para São Paulo, e a contribuição italiana para a alta cultura (literatura, arquitetura, teatro, pintura etc.). Algumas obras coletivas também possuem esse perfil, e reúnem textos apresentados em simpósios ou seminários por pesquisadores de diferentes disciplinas, alguns de caráter mais sociológico e outros descritivos, ou etnográficos, abordando um ou mais aspectos da vida cotidiana, das diferenças culturais, da colonização, da vida religiosa, da história de certas colônias etc. É o caso de várias publicações relacionadas às imigrações alemã e italiana, principalmente no Rio Grande do Sul, entre as quais podem ser citadas: os Colóquios de Estudos Teuto-brasileiros (o primeiro deles publicado em 1963); a coletânea sobre colonização alemã organizada por Müller (1980) com resultados do III Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul; a coletânea também organizada por Müller (1994), que contém artigos sobre os impactos da campanha de nacionalização do Estado Novo apresentados no X Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs; os três volumes organizados por Luiz A. De Boni (1987, 1990, 1996) sobre a “presença italiana no Brasil” – os dois primeiros contendo artigos apresentados em dois simpósios realizados em São Paulo e Vitória com patrocínio da Fondazione Giovanni Agnelli; e os *Anais* do I e II Fórum de Estudos Italo-brasileiros publicados em 1979, com o título *Imigração italiana: estudos*.³⁸ A amplitude temática da imigração e da colonização inclui,

também, estudos monográficos, voltados para um único núcleo, combinando dados históricos (quase sempre obtidos em arquivos locais) e resultados de trabalho de campo baseados em entrevistas com descendentes, referidos a imigrantes que chegaram antes da Segunda Guerra Mundial. Tratam, principalmente, da formação da comunidade, até o presente, embora não sejam, necessariamente, “estudos de comunidade” no sentido que esse termo tem na antropologia.³⁹ O livro de Chiyoko Mita (1999) é um exemplo dessa orientação metodológica: estuda o estabelecimento de uma colônia (agrícola) de imigrantes japoneses em Bastos (SP) pela Bratac, uma empresa colonizadora japonesa, dando atenção maior ao modelo de colonização ali implantado, à organização econômica e social e à crise produzida durante a guerra (e à reorganização da colônia após 1945). Outra vertente de análise privilegia a abordagem da colonização a partir das teorias do campesinato. É o caso da minha pesquisa sobre a colonização alemã no rio Itajaí-mirim (Seyferth, 1974), e do trabalho realizado por Arlene Renk (1997), que focaliza um meio rural na região oeste de Santa Catarina, onde os principais atores sociais são colonos de origem italiana e caboclos. Os mesmos atores são objeto da pesquisa de Neusa M.S. Bloemer (2000), desenvolvida nos campos de Lages (SC), numa área em que parte da população camponesa (composta principalmente de *italianos* e *caboclos*) está ameaçada de deslocamento em virtude da implantação de projetos hidrelétricos. Dada a relevância da situação interétnica produzida pela colonização, Renk e Bloemer também analisam a questão das identidades, na sua dupla dimensão camponesa e étnica.

Ainda dentro de uma perspectiva metodológica vinculada à antropologia inscrevem-se numerosos trabalhos sobre a diferenciação cultural produzida pela imigração no sul do

Brasil. Além da riqueza descritiva, também presente em artigos que compõem as coletâneas citadas e outras relativas a datas comemorativas, destacam-se trabalhos de estilo etnográfico, extremamente minuciosos, que contêm dados sobre a vida cotidiana, hábitos e costumes associados à colonização – no passado e no presente –, resultados de meticolosas pesquisas realizadas em diversas regiões coloniais. São textos despreocupados com referências teóricas que, além do valor etnográfico e do conhecimento empírico que proporcionam, são importantes fontes secundárias, úteis para outros pesquisadores. Seria por demais exaustivo dar conta de toda essa produção, mas devo destacar, especialmente, os numerosos resultados das etnografias de Rovílio Costa e Arlindo I. Battistel sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul, e de Telmo Lauro Muller sobre as “colônias alemãs”.⁴⁰

Até aqui, observou-se a infinidade temática da produção sociológica e antropológica relacionada à imigração no Brasil, especialmente aquela que remonta ao século XIX e primeira metade do século XX. Contudo, alguns assuntos ainda não foram suficientemente estudados por antropólogos e sociólogos: a imigração pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente, a imigração latino-americana, mais recente – que também é imigração urbana; a imigração espanhola e portuguesa (cuja importância numérica é considerável) e os fluxos de pequena relevância estatística; a imigração que ocorreu, historicamente, fora das regiões sul e sudeste; as políticas migratórias, em geral mencionadas pontualmente em alguns trabalhos. Entre os estudos já publicados sobre os fluxos mais recentes, além do já citado texto de Borges Pereira (1974), voltado para um grupo italiano localizado no interior de São Paulo, destaca-se a dissertação de mestrado de Sidney Antônio da Silva, que estuda um grupo de imigrantes bolivianos que traba-

lham no ramo da costura na cidade de São Paulo, publicada em 1997. Num trabalho etnograficamente bem construído, analisa trajetórias, estratégias de sobrevivência, os problemas decorrentes da clandestinidade (externalizados na categoria “indocumentado”), os campos cultural e religioso recriados em São Paulo e sua significação identitária, a permanência e a mudança de valores em face das expectativas de mobilidade social.

Existem alguns trabalhos sobre grupos menos significativos em termos estatísticos. Hack (1959), por exemplo, realizou sua pesquisa em seis colônias holandesas localizadas no sul e em São Paulo, privilegiando diferentes aspectos da sua inserção econômica e social, as formas de assentamento, sua constituição como pequenos produtores familiares. Trata-se de um antropólogo trabalhando na interface com a geografia, disciplina que tem uma contribuição importante para os estudos da colonização estrangeira no Brasil.⁴¹ Menonitas, húngaros, ucranianos, suábios do Danúbio, entre outros grupos menos conhecidos que formaram colônias, principalmente no Paraná (a última fronteira da colonização do sul), receberam alguma atenção de historiadores e geógrafos, mas permanecem ignorados pelas ciências sociais.

Nesse universo menos evidente da imigração, Thaddeus Blanchette (2001) realizou uma pesquisa sobre norte-americanos e indivíduos de outras nacionalidades de língua inglesa que vivem e trabalham na cidade do Rio de Janeiro, aos quais nem sempre é atribuída uma identidade de imigrante, mas que de alguma forma se consideram expatriados – uma discussão que aponta para novas questões que surgem na esteira da globalização e da mobilidade geográfica.

O norte e o nordeste do Brasil também receberam imigrantes em diversas épocas; figuram, eventualmente, em historiografias, mas a literatura sobre eles é escassa. Destaca-

se, porém, o trabalho sobre os imigrantes espanhóis da Galícia (galegos) estabelecidos na Bahia (imigração iniciada na década de 1880) realizado por Jefferson Bacelar (1994) – mostrando seu papel no pequeno comércio em Salvador, a discriminação por serem estrangeiros e as dificuldades de integração, e a manutenção de uma identidade galega apesar da assimilação.

Finalmente, uma última referência à natureza interdisciplinar da imigração, evidenciada principalmente em coletâneas que reúnem trabalhos de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Duas publicações recentes sobre políticas migratórias, que contêm textos apresentados em seminários, são exemplares, oferecendo uma perspectiva histórica e comparativa. A primeira é resultado do Seminário sobre Migrações Internacionais (contribuição para políticas) convocado pela CNPD (Castro, 2001) e faz um balanço geral envolvendo experiências internacionais, as políticas migratórias no Brasil em perspectiva histórica, as questões relativas à exclusão, aos direitos humanos, ao mercado de trabalho para estrangeiros, aos novos imigrantes (como os africanos e os hispano-americanos), aos brasileiros no exterior etc. A segunda contém textos apresentados no Seminário Internacional “Políticas Migratórias”, realizado no Idesp (Sales e Sales, 2002), focalizando tendências e políticas, passadas e presentes, da migração internacional na América Latina. Nos dois casos, a questão das políticas foi discutida por pesquisadores da área acadêmica com representantes de organizações governamentais e da sociedade civil.

A imigração na América Latina também é matéria do volume organizado por Boris Fausto (1999), que reúne trabalhos de historiadores, sociólogos e antropólogos sobre o tema da imigração em massa (historicamente localizada entre 1880 e o início da década de 1930) – apontando para as possibilidades

comparativas em âmbito interdisciplinar. Além das historiografias da imigração em diferentes países da América Latina, vários trabalhos abordam as trajetórias de grupos específicos, discernindo a dinâmica de construção das identidades culturais e a inserção na sociedade nacional. Por outro lado, no conjunto de trabalhos produzidos pelo Grupo de Estudos Migratórios do Idesp (que compõem a série *Imigração* publicada pela Editora Sumaré) destacam-se alguns temas pouco comuns: num volume coletivo (Fausto *et al.*, 1995), Boris Fausto, Oswaldo Truzzi, Roberto Grün e Célia Sakurai estudam diferentes aspectos da participação política de descendentes de imigrantes de várias etnias estabelecidas em São Paulo; Sakurai (1993) utiliza o romanceiro da imigração japonesa como fonte documental para o estudo de trajetórias, da família, da identidade e outras facetas do processo imigratório (procedimento que aparece também na crítica literária, mas com metodologia e teoria distintas); Salles (1997) traça o perfil e a inserção de médicos italianos em São Paulo, objetivando uma análise da experiência socioprofissional desse grupo; e Araújo (2000) analisa a formação da etnicidade italiana em São Paulo a partir da vinculação a uma associação esportiva⁴² (o clube de futebol Palestina).

Estas breves observações sobre uma parte da produção acadêmica dedicada à imigração no Brasil, necessariamente limitadas, apontam para as múltiplas possibilidades de pensar os fenômenos migratórios. As principais formulações teóricas surgidas na primeira metade do século passado procuraram dar conta da totalidade que abrange a emigração e a imigração em suas múltiplas dimensões – coletiva e social, individual e comportamental –, dando maior ênfase aos processos de inserção dos estrangeiros (e seus descendentes) na sociedade nacional receptora e aos

conflitos decorrentes dessa situação. Essa noção de totalidade está presente desde o trabalho de Thomas e Znaniecki, segundo o qual os processos de mudança envolvendo a emigração de poloneses para uma cidade dos Estados Unidos só podem ser entendidos a partir da compreensão da sociedade nacional de origem e dos problemas resultantes da integração de camponeses numa outra sociedade nacional (urbana) – numa abordagem multidisciplinar que procurou unificar metodologias da psicologia social e da sociologia. As teorias de assimilação e aculturação seguiram caminho semelhante, dando maior atenção às mudanças sociais e culturais e a seus aspectos integrativos no sentido da absorção dos imigrantes na nova sociedade, sobretudo a partir da segunda geração. Elas tiveram influência preponderante na maioria dos estudos sobre a imigração no Brasil, realizados por cientistas sociais, até o início da década de 1970 – particularmente após a publicação do primeiro livro de Emílio Willems. Os trabalhos mais recentes que usaram o modelo de aculturação, publicados na década de 1970, já indicam mudança de orientação ao abordar questões relativas à diferenciação cultural e à identidade étnica, aliás, percebidas desde que Willems apelou para a noção de “cultura híbrida”. De fato, nessas abordagens perde-se um pouco a contradição fundamental produzida pela imigração em massa de diferentes nacionalidades no âmbito do Estado-nação assimilacionista: a pluralidade cultural opõe-se aos pressupostos de homogeneidade do princípio de nacionalidade, ainda que este faça algumas concessões às influências estranhas à formação nacional. Willems usou a noção de “cultura híbrida” para referir-se aos antagonismos étnicos abarcados pela idéia de “marginalidade” – o hibridismo supõe uma combinação de ele-

mentos tomados de duas ou mais culturas, implícita no próprio conceito de aculturação. Na verdade, o processo imigratório associado à ocupação territorial, particularmente no sul do país, produziu uma pluralidade cultural vinculada à colonização, da qual compartilharam diferentes nacionalidades européias, e a adjetivação utilizada por Willems é uma solução para falar dos elementos constitutivos da cultura teuto-brasileira.

Enfim, os que trabalharam com esses conceitos perceberam que eles não davam conta de aspectos importantes da imigração, sobretudo os que apontavam para a conformação das diferenças sociais e culturais, refletidas na construção de identidades singulares. Trata-se, fundamentalmente, do estado provisório que define a imigração e da situação duradoura, de fato, que o caracteriza, conforme observação de Sayad, que conduz à contradição constitutiva da condição do imigrante: ser ignorada como provisória e não se confessar como definitiva (Sayad, 1998, p. 45). Por isso mesmo, a etnicidade tornou-se objeto tão evidente nas análises mais recentes, mesmo aquelas que enfocam a imigração em massa, situada na longa duração. Mas não é um tema exclusivo, pois a construção das identidades só pode ser compreendida por seus referentes sociais e culturais e pela alteridade configurada por fronteiras intergrupais. Há, também, uma continuidade temática em relação aos primeiros trabalhos e esta diz respeito às questões de integração, inserção econômica e mobilidade social, e da conformação das especificidades culturais e sociais. Nos

estudos antropológicos sobre etnias ou grupos específicos prevaleceu, igualmente, a análise etnográfica.

A complementaridade entre emigração e imigração, por outro lado, chama a atenção para a importância do ponto de partida do imigrante – parte da totalidade acima referida e quase sempre tangenciado. Isto é particularmente importante porque os laços com a sociedade de origem permanecem, às vezes por muitas gerações, e existe, igualmente, a interferência dos Estados-nação que produzem emigrantes – situação presente nos contextos da imigração em massa e, sobretudo, evidenciada hoje pelo transnacionalismo e pela intensidade das reconfigurações de identidade na globalização.

Por fim, deve ser lembrado que, além de uma certa continuidade temática e metodológica, os objetos privilegiados ainda são a imigração associada à ocupação territorial (isto é, à colonização) e os fluxos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Já existem estudos sobre a inserção urbana, inclusive de imigrantes que chegaram nas duas últimas décadas; mas os deslocamentos internos (inclusive no contexto da grande imigração), que conduziram contingentes significativos de imigrantes e descendentes assentados em colônias para centros urbanos, não receberam maior atenção dos pesquisadores. Tema interdisciplinar, fenômeno que interfere na sociedade inteira, a imigração é, por sua natureza, multifária, dificultando sua apreensão como totalidade pretendida por alguns postulados teóricos.

Notas

1. Uma das publicações mais antigas é a *Memória* do representante diplomático do Brasil em Berlim, o Visconde de Abrantes, datada de 1846 – um período de ampla discussão sobre subsídios e formas de acesso à terra no regime de colonização estrangeira (Abran-

tes, 1941). Merecem destaque, entre outros, a *Memória* escrita por A. C. Tavares Bastos em 1867 (Bastos, 1976), o livro do político fluminense Augusto de Carvalho (1874), o relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza (1875), o livro de Domingos Jaguaribe (1878) e, no início do século XX, o trabalho organizado por Joaquim da Silva Rocha, da Diretoria do Serviço de Povoamento, para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, publicado em 1918.

2. Os textos mais polêmicos estão relacionados com a imigração alemã. Ver, por exemplo, Blumenau (1850, 1851); Doerffel (1865); Ferraz (1859); Jannasch (1905), Decker (1926).
3. Nos dois eventos, as partes sobre imigração são de autoria de Mattoso Maia (Filadelfia) e Eduardo da Silva Prado (Paris) [ver Brasil, 1876; Nery, 1889].
4. Ver, por exemplo, Seidler (1951), Tschudi (1866-1869), Canstatt (1877), Ribeyrolles (s/d), Avé-Lallement (1953), Bertarelli (1914).
5. Sobre a discussão do “abrasileiramento” no contexto da campanha de nacionalização, ver Seyferth (1997, 1999).
6. Freyre discute a imigração, de forma residual, em outros trabalhos, mas é no opúsculo intitulado “Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira” que ele se posiciona contra as distinções étnicas, sobretudo o “enquistamento” germânico nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Freyre, 1940).
7. Park chamou de assimilação os “processos pelos quais povos de diversas origens raciais e diferentes heranças culturais, ocupando um território comum, adquirem uma solidariedade cultural suficiente para sustentar uma existência nacional” (1937, p. 281). Mas ao considerar a diferenciação racial um obstáculo a esse processo, o conceito de assimilação ficou restrito aos estudos sobre a integração dos imigrantes europeus à sociedade norte-americana, e a própria idéia de americanização deu destaque à rapidez com que se adaptam ao modo de vida próprio do país de acolhida.
8. A assimilação, segundo Fairchild (1933), supõe um processo de desnacionalização do imigrante, que precede a adoção da nacionalidade e dos valores do país de acolhida – o que explica sua utilização por autores brasileiros que ajudaram a formular a campanha de nacionalização na década de 1930.
9. O estudo sobre os poloneses não se baseou no conceito de assimilação. À parte as noções de atitudes e valores oriundas da psicologia social, que marcam essa obra (e tem relação com o desenvolvimento/transformação da personalidade), ela foi definida como um estudo de mudança social no curso de um processo migratório, por meio da temática da desorganização e reorganização social (cf. Thomas e Znaniecki, 1974).
10. Segundo Willems, o conceito de minoria nacional é incompatível com a idéia de assimilação porque ela “tem a sua vida social e cultural consolidada e definida, seja por um processo de estancamento de marginalidade, seja pela segregação ou insulamento cultural completo” (1940, p. 175).

11. A definição da “colônia polonesa-americana” aponta para um sistema social caracterizado por instituições recreativas, escolares e de ajuda mútua, e por uma organização econômica, religiosa e moral específicas (cf. Thomas e Znaniecki, 1974, pp. 1.510-1.574).
12. O enunciado da germanidade contém os pressupostos da primordialidade destacados por Weber – crença na mesma origem ou raça e sentimentos de vida em comum. Geertz (1963) também assinalou o papel da cultura na definição dos pertencimentos primordiais, pois laços de sangue, língua, cultura, raça etc. são vistos pelos atores sociais como naturais, inefáveis, obrigatórios. Geertz procurou mostrar como isso dificultava a formação de novos Estados nacionais; Willems afirmou que a ambivalência produzida pelo contato entre grupos culturais distintos dificultava o processo de aculturação.
13. Willems (1946, cap. IV). A expressão usada é “desnivelamento cultural”, em parte associado à mobilidade espacial dos colonos e aos padrões da agricultura extensiva praticada no contexto da colonização estrangeira e sua conseqüente ligação com a “cultura cabocla”. Alguns anos depois, esse pressuposto de retrocesso (econômico/cultural), chamado “caboclicização”, seria referendado pelo geógrafo Leo Waibel (1958) e por autores brasileiros como Wilson Martins (1989).
14. No capítulo sobre o “grupo alemão”, por exemplo, retrocede ao Pleistoceno para falar dos homens de Heidelberg e Neanderthal, até chegar às invasões nórdicas (no final da Antigüidade) e aos “tipos” modernos que estariam representados na Alemanha – as “raças” alpina, dinária, nórdica etc. É uma forma de mostrar a variedade tipológica, sem fazer hierarquizações, no contexto dos “brancos” (nesse caso, não é a cor da pele o indicador preponderante) (Ramos, 1947, vol. 2, pp. 182-190).
15. A análise realizada por Arthur Ramos define-se nos preceitos de uma antropologia geral que, além da cultura, inclui o estudo lingüístico e morfológico dos diversos grupos humanos e os contatos raciais e culturais e suas conseqüências, entre elas a miscigenação e a aculturação.
16. Ver, por exemplo, o já citado livro de Oliveira Vianna (1932) e o trabalho de Arthur Hehl Neiva (1944) apresentado ao Conselho de Imigração e Colonização. Ambos trataram a imigração como “questão racial”.
17. O mesmo referencial aparece quando, seguindo os textos de Willems, Ramos tece observação sobre a assimilação entre os alemães. “Ideologia política” e “propaganda organizada” (Ramos, 1947, vol. 2, pp. 551, 555), respectivamente para italianos e alemães, são alusões indiretas à presença facista e nazista no Brasil.
18. O despreparo para o trabalho agrícola (característica dos imigrantes oriundos de áreas urbanas ou que tinham outra profissão), a precariedade dos assentamentos (um problema existente desde os primórdios da colonização), a má localização (por falta de infra-estrutura – estradas, mercados etc.), a insistência em formar colônias mistas (com “nativos”, para atender a nacionalização) são consideradas causas do fracasso de alguns empreendimentos. Há uma concordância com Leo Waibel (1958), geógrafo que apresentou a unidade étnica como condição do sucesso de uma colônia (cf. Martins, 1989, pp. 114-124). Martins re-

ferre-se também aos “aspectos deploráveis” da influência nativa sobre o estrangeiro, compartilhando com Waibel e Willems a idéia do desnivelamento cultural e “acaboclamento” de muitos colonos (*Idem*, p. 191), mas externaliza muito mais o pressuposto da inferioridade cultural dos caboclos, usando a palavra *nativo* como sinônimo de brasileiro.

19. Esse posicionamento de Freyre recusa a diferenciação étnica para fixar-se nas possíveis contribuições culturais da imigração que não põem em risco a brasilidade equilibrada, nem a hegemonia da língua nacional (cf. Freyre, 1940, 1941).
20. Numa análise crítica em relação aos conceitos de *melting pot* e de assimilação, Glazer e Moynihan (1963) usaram etnicidade como indicador para importantes grupos sociais, num estudo sobre os “grupos étnicos de Nova York”.
21. É, praticamente, palavra-chave para aculturação, supondo influências culturais mútuas, mas sempre com predominância da cultura nacional. Arthur Hehl Neiva e Manuel Diegues Junior participaram da Conferência sobre Assimilação Cultural dos Imigrantes, realizada com patrocínio da Unesco em Havana, Cuba, 1956 (cf. Neiva e Diegues Junior, 1956). Diegues Junior também produziu um relatório sobre esse assunto para a Unesco, juntamente com Fernando Bastos de Ávila, destinado a organizações governamentais. Este último autor também publicou um livro sobre imigração no Brasil (Ávila, 1956).
22. Essa influência, porém, não é única: os trabalhos clássicos de Thomas e Znaniecki, Wirth e Willems estão presentes no estudo realizado por Vieira; e a tese de Stonequist sobre marginalidade foi utilizada por Rattner.
23. O ensaio em que Cardoso de Oliveira apresenta o posicionamento de Barth acerca de grupo étnico e identidade étnica foi publicado anteriormente na *Revista América Indígena*, XXXI (4), 1971.
24. A ênfase na família, ou nos “grupos primários”, está em conformidade com a maioria dos estudos dessa natureza, desde Thomas e Znaniecki. As estatísticas sobre casamentos com pessoas que não pertencem à “comunidade” ou “colônia” (termos comumente empregados para configurar as fronteiras da etnia) são consideradas um dos indicadores do processo de absorção, embora o estudo de Vieira (1973, cap. VII) aponte para conflitos relacionados aos “casamentos mistos”.
25. Sobre a vinculação entre assimilação e mobilidade social, ver a coletânea organizada por Saito e Maeyama (1973).
26. A base teórica vem de Stonequist, Eisenstadt e outros autores que discutiram a “marginalidade sociocultural” como decorrência da posição do indivíduo imigrante de primeira ou segunda geração entre duas culturas e de suas implicações na desorganização da personalidade (ver Rattner, 1977, pp. 96-109).
27. Até a década de 1970, alguns estudos sobre imigração e colonização alemã no sul do Brasil, inclusive de geógrafos, deram algum espaço para os “problemas de aculturação e assimilação” (ver Leo Waibel, 1958; Ursula Albersheim, 1962; Jean Roche, 1969).

28. Esta organização tem relação com a distribuição dos lotes coloniais, demarcados em linhas e travessões perpendiculares a elas, em geral acompanhando os cursos d'água. Capela e pequenas casas de comércio surgiram nas confluências, tornando-se lugares de encontro dos seus povoadores (ver Roche, 1969; Seyferth, 1990).
29. A migração é um fenômeno social multidirecional, característico do campesinato, e não está limitada a um movimento rural-urbano, como demonstraram Kearney (1996) e Sayad (1998).
30. Essa percepção é particularmente enfatizada quando entra em cena a segunda geração (brasileiros segundo o *jus soli*) e os conflitos decorrentes da integração na sociedade brasileira (cf. Vieira, 1973; Rattner, 1977).
31. Diz Ianni: “Renunciamos deliberadamente à possibilidade de escrever um livro acadêmico [...]. O autor não é neutro: sente-se identificado com os emigrantes e seus interesses. Isso talvez baste para explicar o caráter polêmico deste trabalho” (1972, p. 10). O olhar jornalístico do autor, porém, não torna menos efetiva sua acurada análise sociológica.
32. Essa questão é mencionada porque o movimento de retorno é tão significativo do fenômeno migratório quanto o de saída; e deve ser considerada também a emigração temporária (que também injeta recursos com o retorno dos expatriados). Ianni usa a categoria “expatriado” para referir-se ao emigrante tendo em vista a idéia de “emigração forçada” ou coação associada às políticas e aos constrangimentos que induzem as saídas.
33. Fenômeno associado ao capitalismo global, o Estado-nação transnacional deu prerrogativa a um novo nacionalismo primordialista, enfatizando o “direito” dos imigrantes e dos descendentes à identidade nacional. As implicações de ordem política, econômica e social decorrentes da apropriação dessa identidade transnacional tem sido analisadas por diversos autores (ver, especialmente, Schiller, Basch e Szanton-Blanc, 1992; Schiller e Fouron, 2000; Feldman-Bianco, 2002).
34. Foram várias as formas de intervenção junto às comunidades de imigrantes no Brasil que contribuíram para as construções de identidades diferenciadas: a propaganda nacionalista por meios escritos ou não, as atuações consulares e de representações de associações ou organizações de apoio aos emigrantes, suporte financeiro e material didático para as escolas comunitárias, incentivando o aprendizado da “língua materna” etc., além da notória presença política de representantes do nazismo e do fascismo que ajudou (mas não foi causa exclusiva) a desenvolver a campanha de nacionalização (cf. Seyferth, 1999).
35. O livro de 1963 é uma resposta às teorias da assimilação na versão de *melting pot* com seu suposto igualitarismo contido na noção de “americanização”. Para Glazer e Moynihan, o “americano” em abstrato não existe; existem negros, judeus, italianos, irlandeses etc., e o *old stock* (os WASP – anglo-saxões brancos e protestantes).
36. A questão da identidade étnica teuto-brasileira foi retomada em trabalhos posteriores, alguns deles comparativos (ver, por exemplo, Seyferth, 1990, 1999).
37. A articulação legal entre colonização e imigração persistiu até depois da Segunda Guerra Mundial: os preferidos eram aqueles que tinham como destino um núcleo colonial, o que

explica a inserção rural de refugiados e outros imigrantes de origem urbana. Houve o assentamento de judeus em colônias no Rio Grande do Sul, com posterior deslocamento para cidades maiores. A experiência de localização de judeus no meio rural, no contexto de uma proposta filosemita de integração na modernidade patrocinada pela Jewish Colonization Association, foi analisada num artigo de Bila Sorj, que aponta para os problemas de adaptação ao regime de colonização (ver Sorj, 1997).

38. Os livros citados são apenas uma pequena amostra de um amplo universo de publicações de editoras do Rio Grande do Sul, voltadas para a imigração, surgidas nas três últimas décadas. A coletânea organizada por De Boni (1990), por exemplo, é o volume de nº 100 da Coleção Imigração Italiana publicada pela Editora da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, de Porto Alegre. Além desta, outras editoras, sobretudo ligadas a universidades (como a Universidade de Caxias do Sul, a Unisinos – São Leopoldo – e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí), têm publicado resultados de pesquisas, principalmente na área de história, mas também das áreas de sociologia e antropologia, assim como textos produzidos por imigrantes, voltados para a imigração e a colonização no sul.
39. Um bom exemplo de estudo de comunidade, realizado em área de colonização alemã, é o já citado trabalho de Ursula Albersheim (1962).
40. Ver, por exemplo, Costa e Battistel (1982, 1983a/b), Battistel e Costa (2000), Müller (1981). O grande painel sobre a vida dos colonos italianos, em três volumes, de Costa e Battistel (1982, 1983a, 1983b), é completado por um quarto volume no qual Júlio Posenato estuda a arquitetura das colônias (Posenato, 1983). A importância da atuação de Rovílio Costa, como pesquisador e editor, pode ser avaliada pelo volume em sua homenagem organizado por Antônio Suliani (2001), intitulado *Etnias & carisma*: são quase cem artigos (mais de mil páginas), boa parte dos quais relacionados à imigração.
41. Grande parte das pesquisas sobre a colonização e a imigração no sul do Brasil, realizadas por antropólogos e sociólogos, foram influenciadas pelos trabalhos de dois geógrafos – Waibel (1958) e Roche (1969).
42. Muitos autores que estudaram a imigração japonesa fazem referências ao papel aglutinador das associações (cf. Cardoso, 1959; Vieira, 1973), mas são raros os estudos de maior abrangência sobre o tema. A revista publicada pelo Centro de Estudos Migratórios/SP dedicou um número às associações (ver *Travessia*, 34, maio-ago. 1999); na sua dissertação de mestrado, Marina Michahelles, trabalhando na interface história/antropologia, fez um estudo sobre a identidade teuto-brasileira a partir da Sociedade *Germania* do Rio de Janeiro – a mais antiga associação étnica no Brasil, fundada em 1821 (Michahelles, 2003).

Bibliografia

ABRANTES, Visconde de. (1941), “Memória sobre os meios de promover a colonização”. *Revista de Imigração e Colonização*, ano II (2/3).

- ALBERSHEIM, Ursula. (1962), *Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/MEC.
- ARAÚJO, José Renato de C. (2000), *Imigração e futebol: o caso Palestra Itália*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- AVÉ-LALLEMENT, Roberto. (1953), *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- AZEVEDO, Thales de. (1982), *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro/Brasília, Ed. Catedra/Fundação Nacional Pro-Memória.
- ÁVILA, F. Bastos de. (1956), *L'immigration au Brésil*. Rio de Janeiro, Agir.
- BACELAR, Jefferson. (1994), *Galegos no paraíso racial*. Salvador, Ianamá/CEAO/CED.
- BALHANA, Altiva P. (1958), *Santa Felicidade, um processo de assimilação*. Curitiba, Tip. João Haupt.
- BARTH, Fredrik. (1969), "Introduction", in F. Barth (ed.), *Ethnic groups and boundaries*, Bergen/Londres, Universitetsforlaget/George Allen & Unwin.
- BASTOS, A. C. Tavares. (1976), *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo/Brasília, Cia. Editora Nacional/INL.
- BATTISTEL, Arlindo I. & COSTA, Rovilio. (2000), *Dois Itálias*. Porto Alegre, EST.
- BERTARELLI, Ernesto. (1914), *Il Brasile meridionale: ricordi e impressione*. Roma, Tip. Ed. Nazionale.
- BLANCHETTE, Thaddeus G. (2001), *Gringos*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ.
- BLOEMER, Neusa M. S. (2000), *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis, Cidade Futura.
- BORGES PEREIRA, João Batista. (1974), *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo, Pioneira/IEB-USP.
- BLUMENAU, Hermann. (1850), *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und kolonisation*. Rudolstadt, G. Froebel.
- _____. (1851). *Leitende Anweisungen für Auswanderer nach der Provinz S. Catharina in Südbrasilien*. Rudolstadt, G. Froebel.
- BRASIL. (1876), *L'empire du Brésil à l'Exposition Universelle de 1876 à Philadelphia*. Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico.
- CANSTATT, Oscar. (1877), *Brasil: Land und Leute*. Berlin, Ernst Siegfried und Sohn.
- CARDOSO, Ruth C. L. (1959), "O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses". *Revista de Antropologia*, VII (1-2).
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira.

- CASTRO, Mary G. (coord.). (2001), *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília, CNPD.
- CENNI, Franco. (1975), *Italianos no Brasil*. São Paulo, Martins/Edusp.
- COHEN, Abner. (1969), *Custom and politics in urban Africa*. London, Routledge e K. Paul.
- COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS (I). (1963). Porto Alegre, Centro de Estudos Sociais da UFRGS.
- COSTA, Rovílio & BATTISTEL, Arlindo I. (1982), *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre, EST/Educs, vol. 1.
- _____. (1983a). *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre, EST/Educs, vol. 2.
- _____. (1983b). *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre, EST/ Educs, vol. 3.
- DE BONI, Luiz A. (org.). (1987), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/Torino, EST/Fundazione Agnelli, vol. 1.
- _____. (1990), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/Torino, EST/Fundazione Agnelli, vol. 2.
- _____. (1996), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/Torino, EST/Fundazione Agnelli, vol. 3.
- DECKER, Siegfried. (1926), *Praktischer Ratgeber für den Kolonisten in Brasilien*. São Paulo, Edanee.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. (1964), *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/MEC.
- DOERFFEL, Ottokar. (1865), *Der Südbrasilianische Landwirth. Ein Leitfaden für Ansiedler in Brasiliens Südlichen Provinzen Rio Grande do Sul und Santa Catharina*. Dona Francisca, s/ed.
- EISENSTADT, S. N. (1954), *The absorption of immigrants*. Londres, Routledge and Kegan Paul.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. (1933). *Pedras lascadas*. 2 ed. São Paulo, Piratininga.
- _____. (1934), *Populações paulistas*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- ENNES, Marcelo A. (2001), *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo, Editora da Unesp.
- FAIRCHILD, Henry P. (1933), *Immigration*. Nova York, Macmillan.
- FAUSTO, Boris (org.). (1999), *Fazer a América*. São Paulo, Edusp.
- FAUSTO, Boris et al. (1995). *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. (2001). "Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference". *Identities. Global Studies in Culture and Power*, 8 (4).

- _____. (2002), “Entre a ‘fortaleza’ da Europa e os laços afetivos da ‘irmandade’ luso-brasileira: um drama familiar em um só ato”, in Cristiana Bastos; M. Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco (orgs.), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FERRAZ, Luiz P. do Couto. (1859), *Die deutschen Ackerbau Kolonien in Santa Catharina*. Hamburgo, G. W. Niemeyer.
- FREYRE, Gilberto. (1940), *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Recife, Diário da Manhã.
- _____. (1941), *Região e tradição*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- FUJI, Yukio & SMITH, T. Lynn. (1959), *The acculturation of the Japanese immigrants in Brazil*. Gainesville, University of Florida Press.
- GEERTZ, Clifford. (1963), “The integrative revolution”, in C. Geertz (ed.), *Old societies and new states*, Nova York, The Free Press.
- GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel P. (1963), *Beyond the melting pot*. Boston, The MIT Press.
- _____. (1975), “Introduction”, in Nathan Glazer e Daniel P. Moynihan (eds.), *Ethnicity: theory and experience*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- GRÜN, Roberto. (1992), *Negócios e famílias: armênios em São Paulo*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- GUSSI, Alcides F. (1997), *Os norte-americanos (confederados) do Brasil: identidades no contexto transnacional*. Campinas, CMU/Unicamp.
- HACK, H. (1959), *Dutch groups settlement in Brazil*. Amsterdam, Royal Tropical Institute.
- IANNI, Constantino. (1972), *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JAGUARIBE, Domingos J. N. (1878), *Reflexões sobre a colonização no Brasil*. São Paulo, Garraux.
- JANNASCH, Robert. (1905), *Land und Leute von Rio Grande do Sul*. Berlim, Sonderabdruck aus dem Export.
- KEARNEY, Michael. (1996), *Reconceptualizing the peasantry: anthropology in a global perspective*. Boulder, Westview.
- KOSMINSKY, Ethel V. (1985), *Rolândia, a terra prometida: judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná*. São Paulo, FFLCH-USP/Centro de Estudos Judaicos.
- LIMA, Maria Helena Beozzo de. (1973), *A missão herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- MARTINS, Wilson. (1989), *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. 2 ed. São Paulo, T. A. Queiroz.

- MICHAHELLES, Marina. (2003), *A "colônia alemã" do Rio de Janeiro: a Sociedade Germania e a construção de uma identidade teuto-brasileira*. Dissertação de mestrado, Niterói, PPGH-UFF.
- MITA, Chiyoko. (1999), *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP.
- MÜLLER, Telmo Lauro (org.). (1980), *Imigração e colonização alemã (Anais do III Simpósio de Imigração e Colonização alemã no Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre, EST.
- _____. (1981). *Colônia alemã: histórias e memórias*. Porto Alegre, EST.
- _____. (org.). (1994), *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo, Unisinos.
- NEIVA, Arthur Hehl. (1944), "O problema imigratório brasileiro". *Revista de Imigração e Colonização*, V (3).
- NEIVA, Arthur Hehl & DIEGUES JUNIOR, Manuel. (1956), "The cultural assimilation of immigrants in Brazil", in W. D. Borrie (eds.), *The cultural integration of immigrants: a survey based upon the papers and proceedings of the Unesco conference held in Havana, april 1956*. Paris, Unesco.
- NERY, F. J. de Santana. (1889), *Le Brésil en 1889*. Comité Franco-brésilienne de l'Exposition Universelle de Paris. Paris, Delagrave.
- PARK, Robert E. (1937), "Assimilation, social". *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Nova York, Macmillan, vol. 2.
- POSENATO, Júlio. (1983), *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EST/Educs.
- RAMOS, Arthur. (1947), *Introdução à antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil.
- RATTNER, Henrique. (1977), *Tradição e mudança: a comunidade judaica de São Paulo*. São Paulo, Ática.
- REDFIELD, R.; LINTON, R. & HERSKOVITS, M. J. (1936), "Outline for the study of acculturation". *American Anthropologist*, 38.
- RENK, Arlene. (1997), *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó, Grifos.
- RIBEIROLLES, Charles. (s/d.), *Brasil pitoresco*. São Paulo, Livraria Martins.
- ROCHE, Jean. (1969), *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo.
- ROMERO, Silvío. (1902), *O elemento português no Brasil*. Lisboa, Typografia da Cia. Editora Nacional.
- _____. (1906), *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro.

- SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi (orgs.). (1973), *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Edusp.
- SAKURAI, Célia. (1993), *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- _____. (1999), “Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada”, in Boris Fausto (org.), *Fazer a América*, São Paulo, Edusp.
- _____. (2000), *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp.
- SALLES, Maria do Rosário R. (1997), *Médicos italianos em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- SALES, Teresa & SALLES, Maria do Rosário R. (orgs.). (2002), *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos, Edufscar/Sumaré.
- SAYAD, Abdelmalek. (1998), *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SCHADEN, Egon. (1956), “Aculturação de alemães e japoneses no Brasil”. *Revista de Antropologia*, IV (1).
- _____. (1957), “Problemas de aculturação no Brasil”. *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Bahia.
- _____. (1973), “O estudo socioantropológico da aculturação dos alemães no Brasil”. *Revista do Arquivo Municipal*, 36 (185), São Paulo.
- SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda & SZANTON-BLANC, Cristina (eds.). (1992), *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. Nova York, New York Academy of Sciences.
- SCHILLER, Nina Glick & FOURON, Georges. (2000), “Laços de sangue: os fundamentos raciais de Estado-nação transnacional”, in Bela Feldman-Bianco e Graça Capinha (orgs.), *Identidades: estudos de cultura e poder*, São Paulo, Hucitec.
- SEIDLER, Carl. (1951), *Dez anos no Brasil*. São Paulo, Martins.
- SEYFERTH, Giralda. (1974), *A imigração alemã no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre, Movimento/SAB.
- _____. (1981), *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.
- _____. (1990), *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- _____. (1997), “A assimilação dos imigrantes como questão nacional”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 3 (1).
- _____. (1999), “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”, in Pandolfi, Dulce (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

- _____. (2002), "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil". *Revista USP*, 53.
- SILVA, Douglas Mansur da. (2000), *A ética da resistência: os exilados antisalazaristas do "Portugal Democrático" (1956-1975)*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH, Antropologia Social.
- SILVA, Eduardo Caetano da. (2003), *Visões da diáspora portuguesa: dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre os portugueses e luso descendentes de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH, Antropologia Social.
- SILVA, Sidney A. (1997), *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas.
- SMITH, Anthony D. (1986), *The ethnic origins of nations*. Oxford, Blackwell.
- SORJ, Bila (org). (1997), *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Imago.
- STONEQUIST, E. V. (1937), *The marginal man*. Nova York, Scribner.
- SULIANI, Antônio (org.). (2001), *Etnias e carisma: poliantéia em homenagem a Róvilio Costa*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- THOMAS, William I. & ZNANIECKI, Florian. (1974), *The polish peasant in Europe and America*. Nova York, Octagon Books.
- TRUZZI, Oswaldo. (1992), *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- _____. (1997), *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo, Hucitec.
- TSCHUDI, Johann J. von. (1866-1869), *Reisen durch Südamerika*. Leipzig, Brockhaus.
- VIANNA, F. J. de Oliveira. (1932), *Raça e assimilação*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- VIEIRA, Francisca I. S. (1973), *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo, Pioneira/Edusp.
- WAIBEL, Leo. (1958), *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.
- WEBER, Max. (1991), *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, vol. 1.
- WEBER, Regina. (2002), *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí (RS), Unijuí.
- WILLEMS, Emílio. (1940), *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- _____. (1944), "Acculturation and the horse complex among german-brasilians". *American Anthropologist*, 46 (2).
- _____. (1946). *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- _____. (1948), "Aspectos da aculturação dos japoneses no estado de São Paulo". *Boletim* 82, FFCL-USP.

- _____. (1951). "Immigrants and their assimilation in Brazil", in T. L. Smith e A. Marchant (eds.), *Brazil portrait of half a continent*, Nova York, Dryden Press.
- WIRTH, Louis. (1945), "The problem of minority groups", in R. Linton (ed.), *The science of man in the world crisis*, Nova York, Columbia University Press.
- ZANINI, Maria Catarina C. (2002), *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Tese de doutorado, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP.

- Artigo recebido em outubro/2003
- aprovado em agosto/2004

Resumo

A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais

Estudiosos de diferentes campos do conhecimento abordaram o tema da imigração no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, quando as estatísticas de entradas de estrangeiros se tornaram significativas no cômputo geral da população. A imigração, por seus múltiplos aspectos, é um tema interdisciplinar, sendo difícil dar conta da sua totalidade. O presente trabalho focaliza, parcialmente, a contribuição das ciências sociais, em particular da antropologia, aos estudos sobre a imigração no Brasil, procurando examinar o embasamento teórico, os métodos de análise e as temáticas recorrentes desde as primeiras publicações de caráter sociológico, surgidas no século XX, até alguns trabalhos mais recentes selecionados na ampla produção sobre o assunto publicada nos últimos vinte anos.

Palavras-chave: Estudos migratórios (Brasil); Teoria da migração; Mudança cultural; Assimilação; Etnicidade.

Abstract

Immigration in Brazil: Comments on the Contribution of the Social Sciences

Scholars from many different fields of knowledge began studying the theme of immigration in Brazil beginning in the second half of the nineteenth century, when the number of foreigners entering into the country started becoming a significant portion of the population. Immigration, considering its multiple aspects, is very much an interdisciplinary field, and it is difficult to embrace the theme in its entirety. The present paper is a partial review of the contribution of the social sciences – of anthropology, in particular – to the study of immigration in Brazil. It seeks to examine the theoretical basis, methods of analysis, and recurring the-

mes in this area, beginning with the first sociological publications of the twentieth century and concluding with recent works, presenting a selection of the vast production undertaken in the last twenty years.

Keywords: Migration studies (Brazil); Migration theory; Cultural change; Assimilation; Ethnicity.

Résumé

L'immigration au Brésil: Commentaires à propos de la Contribution des Sciences Sociales

Des chercheurs de différents domaines ont abordé le sujet de l'immigration au Brésil à partir de la seconde moitié du XIX^e siècle, quand les statistiques d'entrée d'étrangers sont devenues significatives dans le comptage général de la population. L'immigration est, par ses multiples aspects, un sujet interdisciplinaire, et il est difficile de la considérer dans sa totalité. Ce travail aborde, partiellement, la contribution des sciences sociales – et, en particulier, de l'anthropologie – aux études à propos de l'immigration au Brésil. Il examine son fondement théorique, les méthodes d'analyse et les thèmes récurrents depuis les premières publications sociologiques, apparues au XX^e siècle, jusqu'à certains travaux plus récents, sélectionnés parmi les divers ouvrages publiés sur le sujet au cours de ces derniers vingt ans.

Mots-clés: Études migratoires (Brésil); Théorie de la migration; Changement culturel; Assimilation; Ethnies.